



ISABELLA PACHECO DA SILVA

**ENTRE A DOMINAÇÃO E A REPARAÇÃO NA TRADUÇÃO DO
ROMANCE HISTÓRICO: O CASO DE *EXÍLIO*, DE CHRISTINA BAKER
KLINE**

Dissertação de mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Departamento de Letras da PUC-Rio.

Orientadora: Helena Franco Martins

Rio de Janeiro
Outubro 2023



Isabella Pacheco da Silva

**Entre a dominação e a reparação na tradução do romance
histórico: o caso de Exílio, de Christina Baker Kline**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem do Departamento de Letras da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Helena Franco Martins

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Maria Alice Gonçalves Antunes

UERJ

Teresa Dias Carneiro

Departamento de Letras – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2023.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Isabella Pacheco da Silva

Graduada em Letras-Tradução pela Puc-Rio em 2010. Lecionou português, literatura e inglês do 6º ano ao ensino médio. Atua como tradutora literária desde a formação e trabalha para diversas editoras do Rio de Janeiro e São Paulo. Sua área de pesquisa é a tradução de romances históricos, na qual desenvolveu sua dissertação.

Silva, Isabella Pacheco da

Entre a dominação e a reparação na tradução do romance histórico : o caso de Exílio, de Christina Baker Kline / Isabella Pacheco da Silva ; orientadora: Helena Franco Martins. – 2023.

73 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2023.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Tradução. 3. Literatura. 4. Romance histórico. 5. Dominação. 6. Reparação. I. Martins, Helena Franco. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Aos meus filhos, Olivia e Joaquim, que foram concebidos e recebidos no mundo ao longo desse processo, e mudaram cada partícula do meu ser.

AGRADECIMENTOS

Quando resolvi fazer a prova para entrar no mestrado, mais de dez anos após me formar na graduação, achei que seria em vão, que não teria tempo, disposição e tampouco capacidade para voltar a estudar. Era o primeiro ano da pandemia da COVID-19. Em meio ao isolamento, encontrei o cenário ideal para retomar meus estudos e me dedicar com afinco a este objetivo há tempos postergado. Escrevi para Helena Franco Martins, que havia sido minha professora na graduação de Letras, perguntando se eu podia assistir a alguma aula dela como ouvinte, só para tentar restabelecer um ritmo de estudos. Ela prontamente me aceitou em uma de suas disciplinas, e ali minha jornada começou.

Estudei e, com dedicação, consegui entrar no mestrado. O curso foi integralmente à distância, enquanto eu descobria uma nova personalidade ao assistir aulas e fazer apresentações por trás de uma tela. Sempre fui extrovertida e de fácil relacionamento na faculdade, mas ali, sozinha no meu quarto, descobri certa timidez para abrir o microfone e pedir um espaço de fala; para fazer perguntas olhando no fundo dos olhos de dez pessoas que eu nunca havia conhecido pessoalmente. Mas tudo foi sendo possível, as aulas foram ficando profundas e sedutoras, meu pensamento foi aos poucos se transformando e sendo preenchido de informações excitantes e, mais cedo do que imaginei, precisava definir os caminhos da minha dissertação. Uma certeza eu tinha: queria a Helena como orientadora.

A admiração já vinha desde os tempos da graduação, o pensamento pós-estruturalista sendo explicado com tanta naturalidade e paixão que parecia quase óbvio. Quase. Propus a ela minha ideia para a dissertação e ela topou. Pouquíssimo tempo depois, cheguei com uma notícia maravilhosa e desafiadora: eu estava grávida. De gêmeos. Tive medo ao dividir minhas boas-novas, ciente de que não era o momento ideal. E fui recebida puramente com carinho e alegria. Em

meio à raiva e aos temores das diretrizes políticas que nosso país tomava, Helena me disse ter sentido um ar de esperança com essa notícia. E eu me senti acolhida.

De lá para cá, minha vida foi um tanto inconstante. Uma gravidez difícil, filhos na uti, um puerpério complexo. O início da maternidade não foi, para mim, orgânico e tranquilo. E ao passo que eu saía da licença-maternidade e me tornava mãe, perdi precocemente a minha própria, e todas as minhas referências ficaram perdidas por um momento, e a vida congelou. E Helena seguiu firme ao meu lado, respeitando e apoiando cada dificuldade que assolava minha vida pessoal e se embaraçava à minha tentativa de vida acadêmica.

E em todos os momentos em que tive certeza de que a única alternativa era desistir, muitos deles já em paz com essa dura decisão, foi ela que não me deixou, me mostrando que era, sim, possível. Nem eu sabia como, mas ela sabia. E eu sigo quase ainda ser crer que cheguei, carinhosamente conduzida, até aqui.

Agradeço à minha família, por comemorar junto comigo cada vitória e por apoiar cada decisão da minha vida, mesmo sem entender ou concordar, e por exercer o amor incansavelmente, cada um à sua maneira. Especialmente à minha irmã, Luciana, que em muitos momentos é minha mãe, em outros é minha filha, mas é mesmo minha parceira de todas as horas. Saber que posso contar com você para qualquer coisa torna minha vida muito mais feliz.

Agradeço à minha mãe, Maria Helena, que me ensinou que é o conhecimento que nos leva a qualquer lugar que desejarmos chegar, e que é o amor que nos faz sempre saber voltar para casa. A ela, que foi embora cedo demais, mas não sem celebrar cada conquista, cada ideia mirabolante, cada passo certo ou tropeço da vida dos seus três filhos. Obrigada por me fazer enxergar a vida pelos seus olhos sempre afetuosos e por me fazer acreditar, a vida inteira, que eu posso tudo. Acredito nisso com todas as minhas forças. E farei dos meus filhos pessoas seguras e livres, como você me mostrou que é possível, até o último dia da minha existência.

Agradeço à minha mulher, Alice, que constrói comigo todos os dias a família mais legal que eu conheço; que ouve minhas alegrias, minhas loucuras e minhas lamúrias com o mesmo entusiasmo e carinho; que me faz entender a

felicidade nas coisas mais simples e banais; e que me ama não pelas minhas qualidades, mas apesar dos meus defeitos. Nosso amor é a melhor parte de mim.

Agradeço à família da minha mulher, que hoje também é minha, pelo apoio incondicional, pelos dias e noites com as crianças para que eu pudesse escrever, pelo incentivo constante e por despertar em mim a maravilhosa sensação de pertencimento.

Agradeço aos professores que cruzaram meu caminho ao longo da graduação e do mestrado, que ampliaram meu conhecimento e minha visão do mundo e contribuíram para a construção de quem eu sou.

Agradeço aos meus colegas do curso, que mesmo à distância foram sempre capazes de demonstrar disponibilidade, troca e parceria, diminuindo a angústia que o contato pela tela representava.

Agradeço a todos os meus amigos que dedicaram qualquer minuto de suas vidas ouvindo sobre o mestrado e sobre a minha vida, e por estarem presentes. O tempo é nossa maior preciosidade, e eu me sinto honrada por ser digna do tempo de vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

Agradeço, profundamente, com todo meu carinho, à minha orientadora Helena Franco Martins, pois sem ela, sem a sua generosidade, sem a sua sororidade e sem a sua imensa empatia, eu jamais teria chegado ao fim dessa caminhada. Faltam palavras para descrever o tanto que você fez por mim durante todo esse tempo, Helena. Não a toa você e minha mãe compartilham o mesmo nome.

E, por fim, agradeço aos meus filhos, Olivia e Joaquim, que me proporcionam todos os dias alegrias que eu sequer podia imaginar existirem. Vocês são meu maior clichê. É tudo, hoje e sempre, para vocês.

Resumo

Silva, Isabella Pacheco da. Martins, Helena Franco (Orientadora). **Entre a dominação e a reparação na tradução do romance histórico: o caso de Exílio, de Christina Baker Kline.** Rio de Janeiro, 2023, 73p. Dissertação de Mestrado — Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos ético-políticos de escolhas realizadas por mim na tradução do romance histórico *Exílio*, de Christina Baker Kline (2020). Enfoca, nessa análise, a tensão entre a perpetuação de uma dominação histórica e a possibilidade de reparação social, baseando-se, para isso, na *teoria da invisibilidade* e nas definições de tradução *domesticadora* e *estrangeirizante*, de Lawrence Venuti, no conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, e em posições teóricas sobre a *confiabilidade histórica*, de Anthony Pym. Adotando como metodologia de pesquisa a abordagem microtextual proposta por Lambert & Van Gorp, o trabalho articula alguns conflitos linguísticos, culturais e ideológicos enfrentados nessa instância particular de tradução literária e como tais escolhas tradutórias apontam para diferentes direções de recepção na língua de chegada.

Palavras-chave: Tradução. Literatura. Romance histórico. Dominação. Reparação.

Abstract

Silva, Isabella Pacheco da. Martins, Helena Franco (Advisor). **Between domination and reparation in the translation of historical novels: the case of *The Exiles*, by Christina Baker Kline.** Rio de Janeiro, 2023, 73p. Dissertação de Mestrado — Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The research aims to analyze the ethical-political effects of choices made by me for the translation of the historical novel *The Exiles*, by Christina Baker Kline (2020). It focuses on the tension between the perpetuation of a historical domination and the possibility of social reparation, based on the *theory of invisibility* and on the definitions of *domesticating and foreignizing translation*, by Lawrence Venuti, on the concept of *habitus*, by Pierre Bourdieu, and theoretical positions on *historical reliability* by Anthony Pym. Adopting the microtextual approach proposed by Lambert & Van Gorp as a research methodology, the work articulates some linguistic, cultural and ideological conflicts faced in this particular instance of literary translation and how such translation choices point to different directions of reception in the target language.

Keywords: Translation. Literature. Historical novel. Domination. Reparation.

Sumário

Introdução	12
1 A obra, o método, a perspectiva teórica	22
1.1 Sobre a obra	22
1.2 Metodologia	24
1.3 Suporte teórico	28
2 <i>The Exiles</i> em português: conflitos tradutórios	36
2.1 <i>Native x aborigine</i>	39
2.2 O termo <i>servant</i>	43
2.3 O termo <i>free settlers</i>	45
2.4 Marsupiais e vegetação local	48
2.5 Questões feministas	51
2.6 O termo <i>ye</i>	54
2.7 O termo <i>transportation</i>	57
3 Um parêntese macrotextual	61
4 Conclusão	66
4.1 Possíveis desdobramentos futuros da pesquisa	69
Referências bibliográficas	71

*Existe sempre alguma coisa ausente
que me atormenta.*

Camille Claudel

INTRODUÇÃO

Nos anos de 2020 e 2021, enquanto a pandemia da Covid-19 assolava o mundo deixando milhões de pessoas mortas e confinando por quase dois anos a maior parte da população mundial, segundo pesquisa do Snel em parceria com a Nielsen (2021), o mercado editorial brasileiro cresceu 33% em volume de vendas com relação a 2020. Isso significa que, em casa e com mais controle do próprio tempo, as pessoas leram mais, seja por hobby, em busca de informação atualizada ou simplesmente para tentar se alienar da tragédia.

Em outra pesquisa realizada pelo Snel (2020), o estudo concluiu que o brasileiro médio (lê-se com escolaridade de ensino fundamental II completo) lê 4,95 livros por ano, e destes, 80% são livros traduzidos. Isso retrata a presença do sujeito tradutor¹ na vida literária dos brasileiros e uma grande necessidade do trabalho deste profissional no mercado dos livros, que de alguma maneira fica responsável pela viagem das obras (em sua grande maioria na língua inglesa) para o português. E embora o tradutor esteja longe de ser o único sujeito ativo nesse processo (uma vez que o livro passa por copidesque, revisão, edição, às vezes leitura sensível ou técnica etc.), ficará a cargo dele o primeiro molde, a primeira existência do texto em outro universo, o primeiro desenho que ele tomará na língua e cultura-meta e, por consequência (ou por objetivo primeiro, pensando que o mercado editorial é, sim, como qualquer outro, em que o lucro encabeça todo o processo), que tipo de leitor ele atingirá com o texto que escreve. Se uma pessoa chega à página 20 de um livro e não entende nada, talvez ela largue-o na estante e troque-o por outro entretenimento; se um adolescente precisa ler Shakespeare na escola, talvez a versão em quadrinhos lhe seja mais palatável; se a primeira tradução da *Odisseia* era de difícil compreensão até para estudiosos, a premiada e belíssima tradução do grego-português de Trajano Vieira, vencedora do Jabuti de 2012, já envolve leitores que nunca haviam lido uma tragédia grega. E em tudo

¹ Todas as vezes em que a palavra “tradutor” aparece neste trabalho estará acompanhada da ideia de “sujeito tradutor”, deixando clara a escolha da pesquisa pelo ofício da pessoa tradutora, e não da inteligência artificial que se faz presente, muitas vezes como substituta e de forma integral, no trabalho de tradução literária.

isso, o ofício do tradutor se faz presente, influenciando, mais do que o senso comum costuma imaginar, a leitura de toda uma vida de uma pessoa.

É lendo que conhecemos palavras e conceitos novos, que nos deparamos com expressões desconhecidas e que acessamos camadas da língua às vezes não tão comuns e constantes em nosso cotidiano. E é com a familiaridade que criamos com elas que nos acostumamos, que as incorporamos no nosso léxico e, quando menos esperamos, estamos utilizando-as nos nossos diálogos, nos nossos e-mails e nas mensagens mais informais que trocamos pelo telefone. Assim, se culturalmente nossa sociedade está adaptada ao machismo, expressões machistas nos serão normais; se vivemos numa sociedade homofóbica, palavras contendo preconceito de sexualidade e de gênero serão naturalmente disseminadas e muitas vezes sequer percebidas como tal.

Na introdução de seu livro *Discurso de ódio: uma política do performativo* (Unesp, 2021), Judith Butler fala sobre essa violência exercida pela linguagem e sobre a forma com que uma injúria linguística nos define e ao mesmo tempo nos concede o poder de transformação.

Uma pessoa não está simplesmente restrita ao nome pelo qual é chamada. Ao ser chamada de algo injurioso, ela é menosprezada e humilhada. Mas o nome oferece outra possibilidade: ao ser insultada, a pessoa também adquire, paradoxalmente, certa possibilidade de existência social e é iniciada na vida temporal da linguagem, que excede os propósitos prévios que animavam aquela denominação. Portanto, o chamamento injurioso pode parecer restringir ou paralisar aquele ao qual é dirigido, mas também pode produzir uma resposta inesperada e que oferece possibilidades. (BUTLER, 2021, p.12)

A ideia que Butler imprime no poder da palavra, seja para o bem ou para o mal, é o que entendemos aqui ser o poder do tradutor na escolha da mesma, resultando em direções opostas na recepção do leitor e influenciando, de maneira mais abrangente e consequente, em aspectos éticos e políticos na sociedade.

Butler compara as esferas linguística e física da injúria, entendendo que são constituídas de raízes e universos distintos e só são comparáveis de forma metafórica. Para ela, a materialidade da linguagem se dá através do (corpo) físico, e não o contrário, e assim sua existência social torna-se possível.

Dessa maneira, ser chamado não é meramente ser reconhecido pelo que já se é, mas sim **ter a concessão do próprio termo pelo qual o reconhecimento da existência se torna possível**. Começamos a “existir” em virtude dessa dependência fundamental do chamamento do Outro. Nós “existimos” não apenas porque somos reconhecidos, mas, a priori, porque somos *reconhecíveis*. Os termos que facilitam o reconhecimento são eles próprios convencionais; são os efeitos e os instrumentos de um ritual social que decide, muitas vezes por meio da exclusão e da violência, as condições linguísticas dos sujeitos aptos à sobrevivência. (BUTLER, 2021, p.20, grifo meu.)

Dessa forma, o sujeito é o que lhe é estabelecido ser através da linguagem. E é por meio da perpetuação do uso de um termo injurioso que o sujeito ou grupo permanecerá sendo visto e, de certa forma, aprisionado dentro desta denominação. É nela que será, como Butler coloca, “reconhecível” socialmente, e a maneira de retirá-lo ou de o próprio sujeito retirar-se desse lugar imposto é através de um novo léxico, que estabelecerá um novo lugar para esse sujeito. “A linguagem opressiva faz mais do que representar a violência; ela é a violência”, diz Toni Morrison em seu discurso primoroso ao receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1993. Ao trazer o discurso de Morrison, Butler escancara essa materialidade da linguagem. “Nós *fazemos* a linguagem. essa talvez seja a medida de nossa vida” (MORRISON, 1993, n.p.). Somos nós, portanto, os responsáveis pelos efeitos e consequências da linguagem que nós mesmos produzimos. E isso valerá tanto para o ódio quanto para a redenção.

Uma vez que há mudança no discurso que a população acessa, no tom do jornal diário, no vocabulário das notícias na TV, no léxico do livro que é lido, talvez, sem perceber, o cidadão vá se ajustando a termos e chamamentos outros, e com o tempo, não utilizará mais o termo *mulata*² para se referir a uma pessoa que considera com uma pele entre a negra e a branca, mesmo sem jamais ter refletido sobre a etimologia da palavra, sobre o racismo estrutural, sobre as consequências

² Referência à fala de Djamila Ribeiro no programa online Café Filosófico: Racismo em debate, em 14 de março de 2021.

da escravidão que assombram até hoje os nossos dias ou sobre o movimento anti-racista e a dor dos pretos.

É sobre esse olhar de possibilidade de uma tradução contribuir para dominar ou reparar uma sociedade que esse texto, cuja pesquisa se fez em uma tradução de minha própria autoria, irá se debruçar. Ao falarmos em dominação e reparação, torna-se necessária uma conceituação mais ampla do uso desses termos no presente estudo. Utilizaremos aqui a própria definição dicionarizada da palavra dominação, “exercício de influência decisiva e determinante sobre alguém ou algo; domínio” (HOUAISS, 2021), em conjunto com o conceito histórico-sociológico de dominação tradicional de Max Weber. Para este, a dominação e o poder fazem parte de um mesmo conceito, sendo o primeiro passivo, de recepção, e o segundo, ativo, de emissão.

Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade.

Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis. (WEBER, 2000, p. 33)

Para Weber, a dominação seria dividida em três pilares na sociedade: a tradicional, caracterizada pelo caráter sagrado da tradição, em que “sua forma mais pura [de atuação na sociedade] seria a patriarcal” (WEBER, 2001, p.136), e tem como principais consequências o poder e a autoridade; a legal, em que a obediência se dá diante de regras e normas burocraticamente estabelecidas pelo Estado; e a carismática, em que o sujeito que a exerce é apoiado por uma espécie de devoção dos subordinados, com um caráter autoritário e imperativo. Deixaremos de lado, contudo, as comparações feitas pelo sociólogo aos dois conceitos complementares à tríade de dominação — a legal e a carismática, e nos debruçaremos sobre a dominação tradicional, em que a subserviência do indivíduo se estabelece socialmente e em virtude de convenções da tradição.

Em suma, a dominação aqui será entendida como a hegemonia cultural existente na sociedade perpetuada pela ação do tradutor, sendo esta imposta sobre

o receptor do texto — o leitor, o sujeito dominado —, sobre o qual a escolha de palavras poderia ou não ter efeito modificador.

Já a reparação, no sentido dicionarizado, seria “a ação de restaurar ou consertar algo; reparo; retratação” (HOUAISS, 2021). O conceito sociológico de reparação histórica (ver, por exemplo, Túlio Custódio em “Porque a reparação histórica mal começou”, 2021, e Bruno Leal em entrevista para “Desejo e Reparação: Como acertar as contas com o passado? Movimentos reacendem discussões sobre justiça histórica”, de Juliana Sayuri e Larissa Linder, 2021) é hoje entendido como uma espécie de acerto de contas com o passado, uma forma não de mitigar, mas de perceber e consertar algo que foi retratado de maneira equivocada e preconceituosa, cujas consequências revelam desigualdades na sociedade, sejam raciais, de gênero, sociais etc. A reparação aqui seria, portanto, necessariamente exercida pelo sujeito que estabelece o primeiro contato editável com o texto (no caso, o tradutor) com efeito sobre o sujeito leitor — o sujeito dominado —, e assim, em alguma medida, sobre a própria sociedade.

As teorias pós-estruturalistas e pós-coloniais da tradução exigem, claro, reconhecer uma maior complexidade aqui. É preciso não esquecer que, como Gayatri Chakravorty Spivak, por exemplo, nos ensina,

a tradução não está sob o controle do sujeito que está traduzindo. De fato, o sujeito humano é algo que terá acontecido como tal tradução em vaivém incessante, de dentro para fora, da violência à consciência: a produção do sujeito ético. (2005, p. 44)

Este trabalho reflete justamente sobre a produção de um sujeito ético nesse vaivém incessante entre a violência inadvertida e a consciência. Busca ao mesmo tempo reconhecer e pensar formas de evitar que a tradução contribua para reforçar estereótipos danosos, como, por exemplo, aqueles ligados ao *orientalismo* a que se referiu Edward Said (1978). Uma tradução como aquela de Edward Fitzgerald para *Rubayyat* de Omar Khayyam ilustra esse efeito indesejável, na medida em que, segundo Spivak, “ajudou a construir uma certa imagem da mulher oriental por meio da suposta ‘objetividade’ da tradução, mais do que da exatidão sociológica” (Spivak, 2010, p. 118).

O modo como entendemos *reparação* aqui é sensível à necessidade de mitigar esses efeitos indesejáveis. Estamos, nesse sentido, de acordo com Paul F. Bandia, quando diz que um “discurso contra-hegemônico pode ser apreciado em termos de uma ética de tradução de reparação, em conformidade com a exigência geral de algum tipo de reparação” para traumas ligados à violência colonial. Sobre isso, ele esclarece:

Uma ética da tradução da diferença baseia-se num certo grau de respeito pela alteridade da cultura de origem local, o que não implica um apego servil à língua de origem, mas sim uma tentativa de evitar a manipulação da língua receptora ou a assimilação da cultura da língua de origem. Isto exige uma abordagem de tradução que não seja nem inteiramente orientada para o texto de partida nem para o texto de chegada, nem inteiramente domesticadora nem estrangeirizadora, guiada por uma ética da tradução que salvguarde a especificidade da cultura da língua local sem prejudicar a legibilidade da tradução. É uma tradução que encontra o seu lugar no espaço literário da cultura de recepção, mantendo a sua identidade como resultado de uma poética particular da tradução. (Bandia, 2014, p. 238)³

É nesse sentido que este trabalho se soma a outros que, no Brasil, têm se orientado para pensar as possibilidades da tradução como forma de reparação. Em seus pressupostos e em seu horizonte mais gerais, afina-se, para dar apenas um exemplo, com a importante pesquisa de Patrick Rezende Ribeiro (2019) sobre a tradução como prática de reescrita de narrativas do povo indígena Kotiria, também calcada na noção de *reparação* de Bandia, bem como nas proposições de outros teóricos igualmente centrais para o presente estudo.

³ A translation ethics of difference is based on a degree of respect for the alterity of the local source culture, which does not imply a servile attachment to source language, but rather the avoidance of receptor language manipulation or assimilation of source language culture. This calls for a translation approach that is neither entirely source-text nor target-text oriented, or neither entirely domesticating nor foreignizing, guided by an ethics of translation that safeguards the specificity of the local language culture without hampering the readability of the translation. It is a translation that finds its place within the literary space of the receiving culture, while retaining its identity as the result of a particular poetics of translation. (Tradução minha.)

Assim orientado, o presente trabalho dedica-se à análise de algumas escolhas tradutórias realizadas por mim durante a tradução do romance histórico *Exílio* (Texto-fonte: *The Exiles*), de Christina Baker Kline (HarperCollins, 2020), do inglês para o português, com foco na tensão entre a perpetuação de uma dominação histórica e a possibilidade de reparação social. Para isso, foram usadas como bases teóricas a *teoria da invisibilidade* e as definições de tradução *domesticadora* e *estrangeirizante*, de Lawrence Venuti; o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu; posições teóricas sobre a *confiabilidade histórica*, de Anthony Pym; e sobre *a voz da mulher*, de Anne Carson. A metodologia de pesquisa adotada foi a abordagem microtextual proposta por Lambert & Van Gorp (2011), em que foram articulados alguns conflitos linguísticos, culturais e ideológicos enfrentados nessa instância particular de tradução literária e as diferentes diretrizes que as escolhas tradutórias podem traçar na recepção da língua de chegada. Além disso, tornou-se relevante uma curta passagem pela abordagem macrotextual, proposta também por Lambert & Van Gorp (2011), com o intuito de expandir a discussão sobre recepção no caminho para a reparação social.

Cabe nesta introdução dar uma palavra sobre o gênero específico da obra que o estudo toma como foco. O romance histórico não deixa de ser uma espécie de limbo entre a ficção e a não-ficção, fazendo com que o tradutor passeie entre o mundo da pesquisa histórica — e por isso muitas vezes precise deixar o texto mais objetivo e de certa forma endurecido, com pouca margem de criação — e ao mesmo tempo pelo universo poético do romance, que requer uma costura textual mais sensível e delicada, uma conexão mais leve e prazerosa ao leitor. Importante salientar que o gênero romance histórico, no mercado editorial, é categorizado dentro da ficção. Quando falo em limbo, refiro-me somente e estritamente ao papel do sujeito tradutor nessa transição textual e cultural, que diferentemente de outros gêneros, encontra-se numa posição atípica de estilo de escrita e portanto depara-se com conflitos outros, alguns dos quais retrataremos aqui.

Esse entrelace por vezes embaraçado dos gêneros remete, de alguma forma, ao conceito de pós-autonomia defendido por Josefina Ludmer (2010) em seu texto *Literaturas posautónomas*, e explorado por Pedrosa, Klinger, Wolff e Cámara no

Indicionário do contemporâneo (UFMG, 2018). Tal conceito seria uma proposta de fusão dos diferentes gêneros da literatura, numa “descategorização” literária, que resultaria, dentre outras coisas, numa possibilidade de leitura menos restrita e mais crítica ao leitor.

Sob o rótulo de literaturas pós-autônomas, o texto de Ludmer abriga diferentes acepções: por um lado, o termo se refere a um certo conjunto de textos (basicamente as narrativas) produzidos nas últimas décadas na literatura latino-americana que, apesar de sua diversidade, **apresentam em comum a ambivalência de se posicionar ao mesmo tempo dentro e fora do que tradicionalmente se considera literatura e ficção, transitando entre diferentes gêneros** e, nas palavras de Ludmer, “fabricando realidade” através do discurso. Por outro lado, pós-autonomia também seria o abandono das categorias tradicionais de análise e da noção de valor literário, um modo de ler que colocaria o texto literário de qualquer categoria em igualdade com outros discursos [...].” (PEDROSA; KLINGER; WOLFF; CÁMARA, 2018, p. 166, grifo meu.)

O que Ludmer acredita acontecer naturalmente com a literatura latino-americana nas últimas décadas — um posicionamento natural dentro e fora das categorias delimitadas de gênero — pode ser visto no presente trabalho como a tentativa mesma do tradutor ao passear por universos distintos na tradução do romance histórico, sendo necessário romper as barreiras pré-estabelecidas que designariam um determinado tipo de texto para cada gênero e, por consequência, para cada tipo de leitor. E apesar de Ludmer se referir à literatura latino-americana, é possível estabelecer esse paralelo entre a tradução e a literatura traduzida, independente das línguas de chegada e partida.

Não tenho, porém, como objetivo discorrer sobre uma discussão da teoria dos gêneros literários. Em nada questiono aqui, do ponto de vista teórico, essa categorização ou suas características pré-determinadas de enquadramento. O objeto de estudo é, reitero, as escolhas realizadas por mim como tradutora na obra em questão, categorizada neste gênero, e os conflitos textuais, culturais e ideológicos enfrentados.

A escolha do original deu-se por se tratar da história de um povo colonizado de maneira brutal, tendo sua cultura aniquilada e quase esquecida e grande parte da sua população exterminada, como muitas das histórias de

colonização mundo afora. O olhar de entender a tradução como ferramenta de dominação ou reparação veio ao longo dessa tradução, quando, como tradutora, deparei-me com conflitos de tradução que iam além da língua e colocaram-me diante de uma possibilidade de recontar uma história, contribuindo para a perpetuação de uma visão histórica dominadora ou tendo a chance de cooperar, de alguma forma, com uma espécie de reparação social. Assim, as perguntas desta pesquisa foram abrangendo questões como a ética do tradutor não só com o autor e o texto, mas com a história e a sociedade; o papel do tradutor dentro da sociedade, sua responsabilidade ou não de passar para o leitor as novas perspectivas, ainda que constantemente mutantes, do mundo; as escolhas lexicais feitas pelo tradutor utilizadas de forma política ou fazendo-se políticas dentro da tradução.

Em seu artigo “Ética ou éticas da tradução?” (2007), publicado no fascículo nº4 da Tradução em Revista, Maria Clara Castellões de Oliveira discorre sobre as questões éticas que permeiam o trabalho do tradutor, que através de um viés pós-estruturalista, tratam não da ética tradicional, mas da ética de responsabilidade, defendida por Maquiavel e Max Weber, “que vale sobretudo para quem age politicamente” (RIBEIRO, 2004, p.66). Partindo-se do princípio de que o sujeito tradutor faz parte desse arcabouço político, Oliveira usou os conceitos de Berman e Venuti para abordar, portanto, a designada *ética da diferença*, em que a prática da tradução privilegia a língua e cultura-meta, e a *ética da igualdade*, que se faz presente e se justifica nos espaços paratextuais da tradução (prefácios, posfácios, rodapés etc.). E embora tais conceitos enriqueçam bastante a reflexão aqui proposta, o que chama atenção no artigo de Oliveira para este presente trabalho é a referência ao seu trabalho “Ética na tradução, fruto de posturas estéticas e políticas”, de 2005, em que sugere que

[...] o tradutor é agente importante no contexto cultural da comunidade em que se insere, de tal forma que, através do projeto construído — individual ou coletivamente — ele pode contribuir para a manutenção ou a alteração da identidade cultural desse contexto, pautando sua prática em uma ética da igualdade ou da diferença. (Oliveira, 2005, p. 12)

Em linhas gerais, o que Oliveira propõe acima está em diálogo com os conceitos de dominação histórica e reparação social. É através da ética adotada no trabalho do tradutor, seja ela de diferença ou de igualdade, que o efeito político exercido seria a manutenção da identidade cultural de determinado contexto — o que se equipara aqui ao conceito de dominação histórica — ou a alteração dessa identidade — no caso, a reparação social.

Portanto e por fim, objetivamente, as grandes perguntas de pesquisa que aqui proponho aplicar ao caso particular eleito como foco são: Como a tradução influencia o julgamento do leitor e contribui para a dominação histórica ou para a reparação social? É ético fazer escolhas tradutórias com foco maior na língua e cultura-meta? De que modos o papel do tradutor é também um papel político?

Através de algumas teorias da tradução aplicadas em exemplos de conflitos tradutórios encontrados e explorados na tradução da obra em questão irei em busca de possíveis respostas.

Foram utilizados, para isso, dois corpora de pesquisa: o original em inglês, contendo 87.221 palavras, e a tradução em português, contendo 108.625 palavras. Não foram utilizados programas de pesquisa em corpus neste trabalho. Os termos selecionados para exemplificação da pesquisa foram selecionados e determinados ao longo do trabalho de tradução, de acordo com o grau de dificuldade e de reflexão encontrados e que estivessem em congruência com as perguntas definidas para o presente trabalho.

1. A OBRA, O MÉTODO, A PERSPECTIVA TEÓRICA

Explorarei neste tópico, além dos conflitos experienciados ao longo da tradução e descritos em detalhes na seção 2, o contexto da tradução escolhida, os suportes teóricos utilizados para embasar a pesquisa e a metodologia aplicada.

1.1 Sobre a obra

O trabalho do tradutor literário passeia pelos chamados gêneros literários, por mais especializado que o profissional seja em uma área específica. Faz parte deste ofício, assim como de uma vida financeira sustentável, traduzir e entender os diferentes gêneros literários, ainda que se esteja de acordo com Josefina Ludmer e sua proposta de literatura pós-autônoma, em que realidade e ficção se confundem na literatura e, por isso, as categorias dos gêneros deveriam ser abolidas, uma vez que esvaziam o sentido, o autor e o texto em si. Com exceção da poesia (eis aí uma área que exige sabedorias outras, como métrica, ritmo etc., e não à toa a grande maioria dos tradutores de poesia, senão todos, são poetas), um tradutor literário atuante no mercado traduz, sem discriminações, do conto à autoajuda.

A obra escolhida para este trabalho de análise foi o romance histórico *Exílio* (Texto-fonte: *The Exiles*), da autora Christina Baker Kline, publicado nos Estados Unidos pela HarperCollins em 2020 e traduzido para a mesma editora no Brasil ao longo do ano de 2021⁴.

O livro retrata a história da colonização australiana realizada pelos britânicos em 1770, e se passa em 1840. Por ser um conglomerado de ilhas muito distante da Europa, a Austrália tornou-se local de exílio para prisioneiros e prisioneiras de origem britânica, com o objetivo de livrar Londres de cárceres superlotados e baratear os custos do Estado com as prisões. Ao mesmo tempo em que os condenados eram enviados para lá, cidadãos britânicos voluntários recebiam incentivos do governo para se mudarem para a ilha, onde lhes era dada a

⁴ A publicação no Brasil ocorreu no início de 2023.

possibilidade de utilizar, sem obrigação de remuneração, a mão-de-obra das mulheres encarceradas para serviços domésticos. As mulheres recebiam penas que iam de sete a vinte anos de prisão, quando então lhes era concedida a Carta de Liberdade, e podiam, assim, voltar para Londres (custeando sua própria viagem, algo quase sempre impossível) ou tentar a vida na Austrália, contribuindo para o povoamento do território colonizado. Quanto ao povo aborígine que lá vivia antes da chegada dos colonizadores, as crianças foram levadas para orfanatos em Londres — onde muitas morreram — ou foram adotadas por famílias de alta classe, onde eram tratadas como objetos de exposição, tinham suas identidades roubadas e tradições e costumes aniquilados. Os adultos, em sua maioria, foram exterminados, mortos de forma brutal ou enviados para ilhotas isoladas sem recursos de sobrevivência e solo pobre para plantio, onde morreram de fome, de frio ou de solidão.

No livro, três histórias baseadas em pessoas reais — e contadas de forma ficcional — se cruzam. A história da vida da menina Mathinna — uma aborígine de 8 anos nascida na ilha da Tasmânia, na época, ilha de Van Diemen, primeiro local onde alguns aborígenes foram alocados durante a colonização —, que é adotada pelo governador de Hobart Town (a capital da ilha) e sua esposa. A história de Evangeline, uma mulher letrada e bem educada, que vai trabalhar como professora na casa de uma família abastada em Londres. Ela é seduzida pelo filho do empregador e engravida. O envolvimento dos dois é descoberto e ela acaba sendo acusada injustamente de roubo. Evangeline é presa em Londres e condenada ao exílio na Austrália por catorze anos. E a história de Hazel, uma parteira condenada por roubar uma colher de prata, que embarca no navio *Medeia* junto com Evangeline, rumo ao exílio na terra “além-mar”.

As três histórias vão se entrelaçando ao longo do livro, enquanto a história da colonização australiana vai sendo contada ao leitor através das experiências completamente distintas delas e das outras personagens que vão surgindo.

Conforme consta nos detalhados agradecimentos, a autora fez uma pesquisa extensa sobre a colonização australiana *in loco*, onde foi descobrindo, com historiadores e descendentes de prisioneiras, detalhes e realidades cruéis

dessa época. Feminista declarada, Cristina Baker Kline introduz em seu texto posições políticas por meio de sutilezas de personagens, e tomar conhecimento da história profissional e pessoal da mesma foi de grande importância para algumas decisões tradutórias tomadas por mim ao longo do trabalho. Por escrever livros de ficção e não-ficção, é bastante visível, para um leitor atento, o passeio que ela faz entre esses dois universos de escrita, ainda que o romance histórico esteja na categoria de gênero de ficção. Essa necessidade de grande parte da pesquisa do tradutor ser histórica acaba colocando-o numa posição delicada de discurso, em que é preciso levar em conta não só o que está sendo contado, mas principalmente a forma, tomando cuidado para não transformar o texto de um romance em um livro técnico de pesquisa. Além disso, nessa busca pela verdade do viés não-ficcional, o tradutor se depara com fontes distintas de pesquisa que muitas vezes afirmam verdades um tanto opostas, e precisa tomar decisões de cunho pessoal, e portanto político. E é através de exemplos desse lugar sensível que abordarei trechos dessa tradução.

1.2 Metodologia

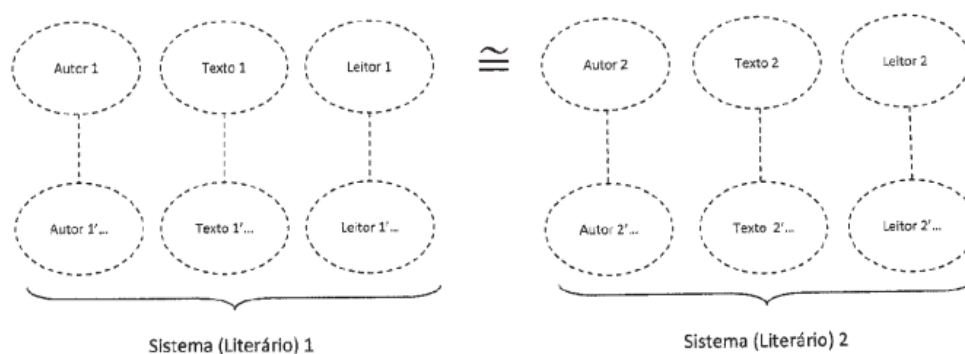
A metodologia utilizada foi a abordagem microtextual proposta por Lambert & Van Gorp no artigo “Sobre a descrição de traduções” (2011). Os autores sugerem uma espécie de guia de estratégias com o intuito de explorar a tradução e identificar, numa perspectiva macro ou micro, as relações que se estabelecem dentro e fora do texto literário. O esquema parte da hipótese dos polissistemas⁵ (EVEN-ZOHAR, 1978; TOURY, 1980) e dos parâmetros básicos dos fenômenos tradutórios de Lambert & Lefevere (1978). Seu foco não é apenas no texto-alvo, mas nas relações estabelecidas entre o sistema-fonte (que inclui

⁵ Even-Zohar foca seus estudos na literatura da periferia, que seriam os sistemas ou gêneros literários de menor importância dentro da literatura, como literatura infantil, de suspense e traduzida. Ele inclusive considera que a literatura traduzida é um sistema próprio, uma vez que os livros selecionados para tradução são parte da cultura literária, e as normas, comportamentos e políticas de tradução sofrem influência de outros sistemas. Assim, todos esses sistemas estariam inseridos dentro de um grande sistema da cultura, o que gerou o conceito de polissistemas, em que os grupos estariam em constante interseção, por vezes funcionando como uma estrutura única, por vezes com alguns traços em comum, porém sempre interdependentes.

texto, autor e leitor) e o sistema-alvo, sendo tarefa do pesquisador estabelecer quais relações são as mais relevantes para o seu trabalho de pesquisa.

Como toda tradução é o resultado de relações específicas entre os parâmetros mencionados no esquema, a tarefa do estudioso será estabelecer quais relações são as mais importantes. Entre as prioridades a serem observadas, destacam-se principalmente as traduções orientadas ao sistema-alvo (ou “aceitáveis”) e as traduções orientadas ao sistema-fonte (ou “adequadas”). (LAMBERT; VAN GORP, 2011, p. 200.)

Com base nesse esquema (representado abaixo), é possível estudar algumas questões, tais como: se uma tradução é considerada ou não uma tradução em si (referência ao termo *assumed translation*, cunhado por Toury)⁶; o vocabulário, o estilo, as convenções poéticas e retóricas em ambos os textos (fonte e alvo); crítica e teoria da tradução em literaturas e períodos específicos; grupos de traduções e escolas de tradutores; o papel das traduções no desenvolvimento de uma literatura. A vantagem desse tipo de abordagem é livrar-se de ideias tradicionais de estudo de tradução como fidelidade e qualidade da tradução, focando nas relações estabelecidas e possíveis, e não mais priorizando o texto-fonte e a abordagem normativa.



⁶ De acordo com Gydeon Toury, uma tradução, para enquadrar-se como tal, define-se por atender a três postulados básicos: o postulado do texto-fonte, o postulado da transferência e o postulado da relação. “[...]qualquer texto da cultura-alvo em relação ao qual existem razões para que se tente postular a existência de outro texto, em outra cultura e língua, do qual ele foi presumivelmente derivado por meio de operações e transferências e ao qual ele agora está ligado por meio de determinadas relações, algumas das quais podem ser vistas — dentro daquela cultura — como necessárias e/ou suficientes.” (1995b, p.145).

Legenda:

TEXTO 1: texto-fonte;

TEXTO 2: texto-alvo;

AUTOR 1 e LEITOR 1 pertencem ao sistema do texto-fonte;

AUTOR 1 deve estar situado entre os autores do sistema-fonte;

TEXTO 1' e Leitor 1' devem estar situados no sistema-fonte;

SISTEMA 1 refere-se ao sistema do texto-fonte, do autor-fonte e do leitor-fonte (esse sistema não é necessariamente um sistema estritamente literário, já que os sistemas literários não podem ser isolados dos sistemas social, religioso etc);

AUTOR 2, TEXTO 2, LEITOR 2 etc. devem ser situados no sistema-alvo;

○: todos os elementos desse esquema de comunicação são complexos e dinâmicos.

O símbolo \cong indica que o elo entre a comunicação-fonte e a comunicação-alvo não pode ser realmente previsto; trata-se de uma relação aberta, cuja natureza exata dependerá das prioridades do comportamento do tradutor – que, por sua vez, tem que ser visto em função das normas dominantes do sistema-alvo.

Nas escalas tanto macrotextual quanto microtextual, todas as relações apresentadas no esquema são passíveis de estudo, tal como apresentado abaixo:

$T_1 \text{ --- } T_2$ (relações entre textos individuais, isto é, entre o original e sua tradução).

$A_1 \text{ --- } A_2$ (relações entre autores).

$R_1 \text{ --- } R_2$ (relações entre leitores).

$A_1 \text{ --- } T_1 \text{ com } A_2 \text{ --- } T_2$ (intenções autorais nos sistemas fonte e alvo e suas correlações).

$A_1 \text{ --- } T_1 \text{ com } T_2 \text{ --- } R_2$ (pragmática e recepção nos sistemas fonte e alvo e, suas correlações).

$A_1 \text{ --- } A_1', A_2 \text{ --- } A_2'$ (situação do autor em relação a outros autores em ambos os sistemas).

$T_1 \text{ --- } T_1', T_2 \text{ --- } T_2'$ (situação do original e sua tradução enquanto textos em relação a outros textos).

$R_1 \text{ --- } R_1, R_2 \text{ --- } R_2'$ (situação do leitor nos respectivos sistemas).

SISTEMA ALVO --- SISTEMA LITERÁRIO (traduções em uma determinada literatura)

SISTEMA (LITERÁRIO) 1 --- SISTEMA (LITERÁRIO) 2 (relações, seja em termos de conflito ou harmonia entre ambos os sistemas).

O objetivo do esquema é compreender os aspectos funcionais de determinada atividade tradutória em seu contexto histórico, no processo da tradução, suas características textuais, sua recepção e seus aspectos sociológicos como distribuição e crítica da tradução. Contudo, os autores enfatizam que é um esquema teórico, e que, portanto, qualquer situação concreta deverá ser interpretada conforme as prioridades específicas de estudo do pesquisador, levando em consideração se a tradução em questão é orientada ao sistema-alvo (“aceitável”) ou orientada ao sistema-fonte (“adequada”)

O dilema básico “aceitável” versus “adequado” levará, por sua vez, a perguntas mais concretas no que diz respeito às prioridades em níveis diferentes dos dois sistemas. O processo de tradução — assim como o texto resultante dele e sua recepção — pode ser estudado a partir de diferentes pontos de vista, de maneira macroestrutural ou microestrutural, focalizando em padrões linguísticos de vários tipos, códigos literários, padrões morais, religiosos ou outros não-literários etc. (LAMBERT; VAN GORP, 2011, p. 202-03.)

Os autores enfatizam também a impossibilidade de se ignorar completamente o texto/contexto-fonte, uma vez que para se entender as mudanças e influências ocorridas no texto-alvo é preciso observar de onde se partiu. O importante é não adotar uma estratégia reducionista que foque em características específicas do texto-fonte, e sim em uma abordagem sistêmica, em que o enfoque seja nessa transferência do sistema de comunicação e nas equivalências estabelecidas no sistema-alvo, de forma macro ou micro⁷.

O que faremos aqui, portanto, será uma abordagem microtextual, orientada ao sistema-alvo, ou “aceitável”, analisando palavras e expressões do texto-fonte com conflitos tradutórios no texto-alvo, e a partir deles, observar suas possíveis consequências no sistema cultural da língua de chegada.

⁷ Os termos “transferência” e “equivalência” são escolhas dos autores do artigo. É importante enfatizar que tais termos não são as escolhas lexicais do presente trabalho, uma vez que aqui foi utilizada a abordagem pós-estruturalista, em que a tradução não tem como objetivo final transferir ou equivaler um termo entre duas línguas, mas encontrar sua representação.

1.3 Suporte Teórico

O suporte teórico que embasa a pesquisa passa por algumas teorias e teóricos da tradução. A primeira delas é a teoria da invisibilidade do tradutor, com foco no aspecto textual/estético, que discute também a ideia de apagamento do tradutor — quando o texto-alvo parece familiar demais ao leitor — e a ilusão de transparência na tradução, aspectos explorados por Venuti. Essas teorias são de grande importância de reflexão ao nos depararmos com situações de conflito ético-ideológico na tradução, como veremos na exploração das mesmas na análise do trabalho.

A invisibilidade do tradutor, dividida em três aspectos (socioeconômica, textual/estética e editorial), foi durante grande parte da história das traduções, e para muitos continua sendo até hoje, o critério de qualidade do trabalho do tradutor. Quando mais fluente fosse o texto na língua-alvo, menos intervenção do tradutor haveria e, portanto, mais legibilidade. O que Lawrence Venuti propõe é uma postura ideológica e marxista ao tradutor, um poder de aparecer no texto quando julgar necessário, indo contra o apagamento desse agente sem o qual o texto-alvo não existiria, a subserviência do tradutor ao original e a ilusão de transparência na tradução. Sobre isso, ele nos diz:

A ilusão de transparência é um efeito do discurso fluente, do esforço do tradutor em garantir legibilidade fácil pela adesão aos usos atuais, preservação da sintaxe contínua, fixando um sentido preciso. Mas os leitores também desempenham um importante papel na criação desse efeito ilusório por causa da tendência geral de ler as traduções principalmente pelo significado, de minimizar as características estilísticas da tradução do texto ou do autor estrangeiro e de questionar todo uso da linguagem que interfira na aparente transparência da comunicação da intenção do escritor estrangeiro. **O que mais chama atenção aqui é que esse efeito ilusório oculta as diversas condições que presidem a realização da tradução, a começar pela intervenção crucial do tradutor no texto estrangeiro.** (VENUTI, 2021, p.42, grifo meu).

O que Venuti coloca em questão nessa teoria é essa espécie de aniquilação desejada do tradutor, tanto pelo leitor não profissional quanto, muitas vezes, pelo

próprio tradutor, numa tentativa de ser mais fiel ao original ou de ser mais aceito no mercado editorial. Segundo tal teoria, o trabalho do tradutor teria por intuito existencial a transparência, a discrição, a tentativa de se fazer invisível, em que se considera o sujeito tradutor uma espécie de não-pessoa, como se possível fosse abstrair-se de todo e qualquer histórico ou vivência ao realizar, ou bem realizar, sua tarefa final. Ao passo que ignora por completo que todas as escolhas feitas por um ser humano, seja ele comunicador ou cumpridor de uma função prática e não intelectual, passa pela pessoa que se é, e não há teoria ou ofício que se consiga apagar a pessoa de dentro da pessoa para que uma tarefa se cumpra. Portanto, se, como pessoas e não animais que somos, estamos obrigatoriamente inseridos intrinsecamente dentro de nossas funções, a ideia de transparência é não só ilusória como também, e primordialmente, absurda.

Não levaremos adiante aqui o debate do próprio mercado, se isso é ou não determinante para uma carreira consistente adequada às exigências impostas pelos poderes externos. O foco aqui é, como se disse, na escala microtextual, na postura do sujeito tradutor com relação às escolhas lexicais, políticas e ideológicas de tradução do texto.

Este questionamento de ideologia tradutória levou Venuti a definir os conceitos de tradução domesticadora *versus* estrangeirizante. Venuti explora tais conceitos em conexão com uma outra noção, a de “interpretantes”.

A interpretação é transformadora porque se realiza por meio da aplicação de uma terceira categoria, que consiste naquilo que chamo de interpretantes, fatores formais e temáticos que incluem uma relação de equivalência e um estilo particular, além de valores, crenças e representação. Os interpretantes são essenciais para a tradução: são aplicados na tradução de textos pragmáticos, humanísticos ou técnicos, embora variem de acordo com o gênero e o tipo de texto, discurso e função. (VENUTI, 2021, p. 20)

A partir desse conceito, Venuti afirma que o texto-fonte será obrigatoriamente transformado, uma vez que os interpretantes são extraídos predominantemente da cultura receptora, por mais esforços que faça o tradutor para se manter semântica e estilisticamente próximo ao texto-fonte.

Segundo o autor, a tradução domesticadora “deriva seus interpretantes de recursos e ideologias dominantes, os quais, devido à sua própria dominância, provavelmente serão, de imediato, acessíveis, familiares, talvez asseguradores” (VENUTI, 2021, p. 20-21). Em outras palavras, esta seria uma tradução fluente, dentro dos padrões que o mercado editorial via de regra espera do tradutor, em que há certa submissão do profissional a regras pré-determinadas externas ao texto. Seria um trabalho revestido de valores, crenças e representações sociais da cultura de chegada. Já a tradução estrangeirizante, por sua vez, “deriva seus interpretantes de recursos e ideologias marginais, os quais, devido à sua própria marginalidade, podem ser menos facilmente compreensíveis, um tanto peculiares e mesmo estranhos.” (VENUTI, 2021, p. 21). A segunda revela-se, portanto, a estratégia de resistência proposta pelo teórico, que atua com uma espécie de função política e cultural, vai contra a infeliz ideia de transparência do tradutor e ajuda a preservar a diferença linguística e cultural do texto estrangeiro, ainda que soe estranho e pouco familiar ao leitor, marcando, assim, a presença do sujeito tradutor.

Os termos “domesticador” e “estrangeirizante” descrevem não as escolhas de formas verbais específicas ou as estratégias discursivas usadas em traduções, mas, sim, os efeitos éticos de textos traduzidos que dependem da cultura receptora para obter força e reconhecimento. (VENUTI, 2021, p. 20).

Sendo assim, segundo a proposta de Venuti, a tradução domesticadora estaria bastante contida dentro do conceito de dominação, se não, a meu ver, equipara-se em grande semelhança a ele, uma vez que falamos de atuação de poder dentro da sociedade. Em Venuti, a ideia de submissão do tradutor às regras da cultura do texto-alvo; no conceito de dominação proposto aqui, a submissão do tradutor à história legitimada de colonização de uma dada sociedade. Contudo, a tradução estrangeirizante não estaria em diálogo direto com o conceito de reparação, uma vez que a primeira tem seu foco ideológico voltado para a preservação da diferença linguística entre as culturas de partida e de chegada, e a segunda, um foco político-histórico-social. A língua, portanto, é o meio, mas o

efeito está no reflexo do fato histórico que foi contado para a sociedade da cultura de partida num dado momento e que estaria sendo contado diante de outra perspectiva ou de outros valores para a cultura de chegada, numa tentativa de reparar um dano causado, nesse caso, por uma colonização violenta e de extermínio.

Ainda que se tentasse esgarçar o conceito de tradução estrangeirizante (e aqui não é a proposta de Venuti, mas uma especulação possível), pensando em algo que valorizasse mais o texto e a cultura de partida do que a de chegada, o conceito de reparação estaria completamente distante e distinto, uma vez que trata da esfera histórica e sociológica. E embora ambos tenham em comum uma função política (refiro-me aqui ao conceito de tradução estrangeirizante e ao de reparação), o primeiro diz respeito a uma postura ideológica do tradutor diante do mercado editorial, e o segundo diz respeito a uma postura ideológica do tradutor diante dos valores históricos de uma sociedade. Desse modo, utilizaremos esses conceitos de Venuti em diálogo com os conceitos de dominação e reparação, mas jamais em congruência a eles.

O conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, também é explorado no trabalho, no momento em que se é necessário levar em consideração não só a trajetória e a bagagem do tradutor, mas também sua postura de trabalho, que estariam contidos dentro do conceito proposto pelo teórico.

Habitus [...] é a ampla constituição ou “**disposição**” social, identitária e cognitiva do indivíduo, que é fortemente influenciada pela família e pela educação; *habitus* está particularmente ligado ao campo e ao capital cultural e tem sido fundamental para o trabalho sociológico recente em estudos de tradução. (BOURDIEU apud MUNDAY, 2001, p.237).⁸

Recupero aqui o conceito de ilusão de transparência apresentado por Venuti e discutido anteriormente neste trabalho. A impossibilidade de aplicação desta transparência justifica-se claramente com o conceito de *habitus* apresentado

⁸ **Habitus** [...] is the broad social, identitary and cognitive make-up or ‘**disposition**’ of the individual, which is heavily influenced by family and education; *habitus* is particularly linked to field and to cultural capital and has been central to recent sociological work in translation studies. (tradução minha).

por Pierre Bourdieu⁹, o qual escolho utilizar não só no presente trabalho, mas no ofício da profissão de tradutora.

O possível conflito ético que atinge o tradutor quanto a traduzir determinadas palavras com um peso dominador ou reparador está diretamente ligado a tal conceito, uma vez que é baseado nos valores construídos do próprio sujeito tradutor, em que a dúvida ou o estranhamento surgirão diante de uma palavra ou expressão com peso diferente das demais. O tradutor estará mais ou menos atento a certos tipos de estereótipos ou discursos preconceituosos de acordo com o que ele próprio lê, assiste na televisão, traduz, dialoga em seu ciclo de amizades e familiar e vivencia em sua vida particular. E a maneira como ele irá lidar com as questões encontradas também está em total consonância com o *habitus*, se sendo ele alguém sindicalizado ou não, se fizer parte de alguma militância, se tiver posturas políticas mais ou menos radicais. Tudo isso influenciará no trabalho do tradutor e na atitude que ele tomará diante de um conflito lexical.

Além disso, algumas colocações de extrema relevância de Anthony Pym foram levadas em consideração. Em palestra ministrada online em outubro de 2021 como parte da quarta edição do ciclo *Metodologías de investigación en Estudios de Traducción e Interpretación* (Colômbia), o teórico, cujos estudos recentes focam na ideia de reparação, falou sobre métodos de pesquisa na tradução, a confiança nos dados dentro de uma pesquisa histórica e na dificuldade para o tradutor em julgar uma fonte mais confiável do que a outra. “Who trusted whom?” (Quem confiou em quem?) foi a pergunta sobre a qual discorreu em todo seu discurso teórico. Usando exemplo de uma palavra de uma tribo aborígine traduzida de duas maneiras diferentes desde o início da colonização australiana — uma por um missionário que não falava a língua, mas convivia com as tribos e frequentava os rituais, portanto tinha testemunhos visuais; e outra por um antropólogo que não assistia com frequência os rituais, porém falava a língua e obtinha as informações diretamente dos líderes aborígenes —, Pym aborda o

⁹ E também bastante explorado por outros autores na sociologia da tradução.

surgimento de duas fontes, a princípio igualmente confiáveis, em que toda a história publicada dos aborígenes australianos se baseou, a partir de 1900.

O problema é o seguinte: nós temos uma palavra, duas traduções, duas redes de confiança e temos desconfiança entre elas. De que lado eu estou? Estou contando a história para você, e ela possui muitos elementos, mas vou focar somente neste. De que lado eu estou e por que você deveria acreditar em mim? Em quem você confia, no antropólogo ou no missionário?¹⁰ (PYM, 2021, n.p.)

O que Anthony Pym apresenta não é uma teoria sobre os métodos de pesquisa para a tradução, mas uma reflexão sobre como o trabalho de pesquisa do tradutor (e do pesquisador) se baseia direta e majoritariamente em fontes amplamente divulgadas e confiadas ao longo de séculos, mas que não necessariamente são fidedignas e corretas, que muitas vezes são controversas entre si e que, assim como o próprio sujeito tradutor, sofrem influência das experiências e modos de vida de toda a cadeia que as reproduz. Grosso modo, se as histórias — principalmente as de colonização por seu caráter de dominação de um povo — são um grande telefone sem fio, como confiarmos e creditarmos nosso trabalho a tais fontes? E se não nelas, em quais?

A palestra do estudioso foi de grande valia ao pensarmos, durante o presente trabalho, sobre as inúmeras pesquisas históricas realizadas a respeito da colonização australianiana. Por ser bastante recente (o europeu James Cook aportou na Austrália em 1770), ainda conta com poucos documentos oficiais divulgados na internet com fácil acesso e, destes, pouquíssimos traduzidos para o português, cujas consequências, dentre muitas, são fontes aparentemente confiáveis, porém controversas, e uma grande quantidade de termos específicos da época ainda não consagrados na língua portuguesa. E embora Pym estivesse se referindo à pesquisa de não-ficção, a teoria se aplica a esta camada de não-ficção histórica necessária na pesquisa da tradução dos romances históricos, onde o tradutor se vê

¹⁰ There's the problem: we've got one word; we've got two translations; we've got two trust networks and we've got distrust between them. Whose side am I on? I'm telling you this story, it's got many features, but I'll just focus on this. Whose side am I on and why should you believe me? Who are you going to trust? Do you trust the anthropologist or do you trust the missionary? (PYM, 2021) (tradução minha)

compelido a pesquisar a fundo momentos e acontecimentos históricos na busca de entender, a priori, sobre a época de que está se tratando no livro e os detalhes dos eventos específicos, que muitas vezes são o primeiro contato do tradutor com o assunto e com a cultura retratada.

Outra importante fonte teórica de referência para um dos conflitos tradutórios abordados foi a escritora, classista, professora, artista, poeta, feminista e tradutora contemporânea canadense Anne Carson. Não poderia citar aqui a escrita feminista sem estabelecer um paralelo com seu trabalho. Em seu ensaio *O gênero do som* (2020), a autora formula reflexões sobre o papel que a voz da mulher exerce dentro de um mundo onde a história é contada pelos homens, normalmente ouvida de forma menor e menos importante, dita como histórica, causando desconforto e até repulsa aos homens, traço bastante característico e facilmente reconhecível na sociedade patriarcal em que vivemos.

A mulher é aquela criatura que coloca para fora o que estava do lado de dentro. Por meio de projeções e desvios de todos os tipos – somático, vocal, emocional, sexual –, as mulheres expõem ou esbanjam o que deveria ser guardado. As mulheres desabafam em uma tradução direta aquilo que deveria ser formulado indiretamente. [CARSON, 2020, p.126].

É à materialidade do som da voz das mulheres que Anne Carson se refere nesse ensaio, à necessidade de controle que nos é atribuída através do desconforto dos homens e à importância de, como mulheres, nos fazermos ser ouvidas não pela repetição óbvia, mas pela estranheza, pelo movimento não comum e desconfortável propositalmente ao homem. Ao usar a palavra “tradução” no trecho acima, ela reproduz uma ideia do que se espera de uma tradução, um filtro entre dois universos, domado e organizado.

Carson propõe, portanto, sob essa perspectiva feminina e feminista, uma espécie de visão sísmica e catastrófica sobre a tradução. É conhecida por sua ética de interferência e transformação dos textos, e a tradução como

transcrição¹¹ pode ser vista em seus experimentos, não só de poesia, mas de textos literários. Ali ela se arrisca a incluir interseções e diálogos entre tais textos e algumas personagens femininas contemporâneas (em sua maioria), como em *Norma Jeane Baker of Troy* [Norma Jeane Baker de Troia], em que a história da famosa estrela hollywoodiana Marilyn Monroe é inserida na versão “menos clássica” de Eurípedes de Helena de Troia, e seus desdobramentos vão se fundindo e ganhando outros olhares, muitas vezes perturbadores e inquietantes — seu intuito desde o início —, sem se afastar e negar a obra. Ao traduzir a peça *Antígona*, no prefácio que escreve, Carson faz uma grande provocação ao texto *A tarefa do tradutor*, de Benjamin, em que escreve uma carta à personagem Antígona e afirma que “a tarefa do tradutor de Antígona”, conforme seu título demasiado provocativo para um típico paratexto, é de “jamais permitir que percas teus gritos” [femininos]. Em outras palavras, a tarefa do tradutor é gritar, fazer a força da obra aparecer através dessa voz feminina de sua personagem principal que inclusive lhe intitula, assim como o seria sempre o ofício da tradução.

Pensar o papel da voz da mulher durante a tradução da obra de pesquisa teve grande influência nas escolhas tomadas diante do conflito tradutório nº5, conforme explicitado na seção 2.5, em que questões feministas foram abordadas e, como tradutora, precisei optar por posturas quanto à escolha do gênero na língua de chegada, inviabilizando um texto e um posicionamento neutros.

Os fundamentos teóricos apresentados acima serviram de embasamento para a análise que se seguirá acerca dos conflitos tradutórios encontrados ao longo da tradução e pesquisa da obra *Exílio* (Texto-fonte: *The Exiles*).

¹¹ O pensamento de Anne Carson sobre a tradução se aproxima com diferenças da transcrição haroldiana. Sobre essas semelhanças e diferenças ver (Martins 2018, 2022).

2. THE EXILES EM PORTUGUÊS: CONFLITOS TRADUTÓRIOS

Durante os seis meses de tradução da obra *Exílio* (Texto-fonte: *The Exiles*), período extenso em comparação aos usuais três meses de praxe do mercado editorial, grande parte do tempo foi dedicado à pesquisa histórica. Por se tratar da colonização recente de um país isolado como a Austrália, logo percebi que meu repertório de história mundial estava longe de dar conta desse assunto. Portanto, iniciei uma longa pesquisa em inglês sobre a história do país. Em seguida, investiguei o que havia em português sobre o assunto, e foi quando percebi que pouco havia sido traduzido e muitos dos termos usados com frequência nos textos em inglês eram mantidos em inglês nos textos em português ou traduzidos de maneira informal, sem levar em consideração alguns sentidos culturais importantes. Anotei alguns desses termos, mesmo sem saber se e como apareceriam no livro.

Em seguida, parti para a primeira leitura do original. Muitas vezes, quando as editoras solicitam uma tradução com um prazo de entrega muito curto, essa primeira leitura acaba não acontecendo. Como resultado, geralmente temos uma pesquisa corrida e realizada concomitante à tradução, o que pode resultar em termos iguais com traduções distintas, uma vez que o tradutor faz tudo ao mesmo tempo. Tento evitar ao máximo traduzir sem essa leitura prévia, que é completamente essencial nos romances históricos, primordialmente devido à pesquisa não-ficcional demandada. Mas a realidade da vida do tradutor literário é que nem sempre ela é possível.

Nessa leitura, tive a oportunidade de já separar alguns termos e situações que identifiquei como possíveis problemas e conflitos tradutórios, e então pude pesquisar alguns brevemente antes de iniciar o trabalho, deixando já registradas possibilidades de tradução, assim como as perguntas que fui fazendo a mim mesma e que julguei relevantes como reflexão no momento de realizar a tradução contextualizada. Foram eles:

Termos e situações que se destacaram		Possíveis traduções	Possíveis problemas e conflitos tradutórios
1.	<i>Native x aborigine (Aboriginal)</i>	Nativo / aborígene	Nativos e aborígenes têm a mesma prosódia semântica em inglês? E em português? E no contexto da colonização australiana?
2.	<i>Servant</i>	Empregado, criado, serviçal	Em inglês, é um termo pejorativo? Qual opção melhor se esquadriaria no vocabulário de 1840?
3.	<i>Free settlers</i>	Cidadãos livres?	<i>Free settlers</i> , no contexto do livro, é um termo que se refere a britânicos enviados à Austrália para ocupar e colonizar a ilha. Mas, em algum momento, se torna qualquer cidadão, britânico ou não, que ocupe a função de colonizador dos aborígenes.
4.	Marsupiais e vegetação local	-	Muitos não têm tradução. Manter o nome em inglês deixa o texto truncado? Usar o nome científico não endurece um texto literário? Simplificar e usar um termo abrangente não domestica a tradução e distancia o leitor do universo literário (e real) descrito?
5.	Questões feministas	-	Entrelaçada à história do livro está a história verídica das primeiras mulheres que ingressaram na escola de medicina da Austrália. Há uma bandeira feminista levantada por trás do texto. Marcar ou não essa bandeira com termos usados hoje no português para a causa feminista? Essa escolha restringirá o tipo de leitor?

	Termos e situações que se destacaram	Possíveis traduções	Possíveis problemas e conflitos tradutórios
6.	O termo <i>ye</i>	-	Vocabulário simples usado pela classe mais baixa. A principal marca é <i>ye</i> no lugar de <i>you</i> . O <i>tu</i> conjugado com a terceira pessoa em português poderia marcar um registro mais baixo, mas será que em 1840?
7.	<i>Transportation</i>	Transporte, exílio?	O termo refere-se à pena dos condenados que eram enviados à Austrália. A construção do uso não requer preposição: <i>14 years transportation</i> . Como traduzir todo o peso que a palavra adquiriu? Como não perder a ideia de movimento, de meio de transporte marítimo e de exílio ao mesmo tempo?

2.1 *Native x aborigine (e Aboriginal)*

O primeiro conflito abordado foi, em termos quantitativos, o de maior repetição ao longo de todo o livro, os termos *native* e *aborigine* (e ainda mais *Aboriginal*, com a primeira letra em caixa alta, indicando em inglês a nacionalidade). Recorri às perguntas que havia feito e registrado durante a primeira leitura, e nelas me baseei para ir em busca de respostas e, por consequência, adotar a postura que estivesse de acordo com meus princípios e ideais tradutórios. *Nativos e aborígenes têm a mesma prosódia semântica¹² em inglês? E em português? E no contexto da colonização australiana?* Em princípio, não identifiquei um padrão estabelecido pela autora para o uso intercalado dos mesmos. Na pesquisa, descobri que nenhum dos dois termos possui uma prosódia semântica negativa em inglês, a língua-fonte. Contudo, o termo *native* só começou a ser utilizado na literatura após a colonização, o que denota certa civilidade (ou ao menos uma tentativa), e é usado de maneira mais formal e “politicamente correta” por aqueles que não pertencem a esse grupo. Já *aborigine* é o termo que o grupo até hoje se autointitula e prefere ser chamado, fazendo jus às raízes que os colonizadores tentaram apagar, como uma espécie de reafirmação de identidade. E seu derivado *Aboriginal* carrega a indicação de nacionalidade desses povos originários. Portanto, havia o que escolho chamar de “prosódia identitária”, acrescentando peso e sentido a uma escolha aparentemente banal. Essa breve explicação deixaria evidente a ideia de dominação x reparação.

Porém, há mais questões a se considerar antes de tomar uma posição aqui. Na língua de chegada, o português nesse caso, *aborigine* não é usado para descrever os povos originários da nossa cultura, e portanto a palavra foi ganhando uma prosódia semântica negativa, ainda que não dicionarizada e nem explícita. Através de pesquisas em corpus, percebi ser um termo usado com receio, como se a qualquer momento pudesse ser passível de repreensão, ou com intencionalidade de marcar a distinção, a distância, fazendo-se perceber o preconceito nas entrelinhas. Há uma espécie de desconforto velado na voz de quem o anuncia,

¹² Por prosódia semântica entende-se a conotação positiva ou negativa que as palavras e expressões absorvem em cada língua, passíveis de mutação de acordo com múltiplas variáveis.

uma falta de familiaridade com o grupo ao qual não pertence. Não consegui descobrir se o mesmo aconteceu, em algum nível, com o termo na Austrália.

Na impossibilidade de contato direto com a autora, que havia feito grande parte de sua pesquisa *in loco* e possivelmente teria acréscimos a fazer à minha reflexão, senão uma resposta direta, e após muitas pesquisas nas duas línguas sobre os dois termos, tomei a decisão de fazer uma tradução híbrida que levasse em consideração a postura dos personagens que as pronunciavam e o ponto de vista do narrador em cada contexto em que apareceram: dominadora quando os personagens eram os colonizadores, os agentes da dominação e, portanto, com discursos dominadores e repletos de preconceito; e reparadora quando os personagens eram os próprios aborígenes ou outros que não os colonizadores, ou seja, os personagens dominados da história (tanto a ficção quanto a verídica). Dessa forma, traduzi *native* por *nativo* e por *aborígene*, assim como *aborigine* por *aborígene* e por *nativo* — o que chamarei adiante de tradução direta (mesmo termo) e tradução cruzada (outro termo) —, dependendo de como eu entendia a postura de cada um dos personagens que as pronunciavam e seu respectivo contexto. A exceção se deu com a palavra *Aboriginal*, para a qual usei sempre a tradução *aborígene* por se referir, como dito acima, à nacionalidade do povo descrito no livro. A tradução escolhida, nesse caso, foi guiada pelo posicionamento dos próprios personagens indissociavelmente através do meu olhar.

Neste primeiro conflito, as reflexões de Pym sobre confiabilidade numa pesquisa histórica foram de grande valia para traçar a estratégia de tradução de dominação histórica x reparação social e definir que ambos os termos seriam traduzidos pelos dois termos em português, de acordo com o que se desenvolveu ao longo da história da colonização australiana junto com a acepção do termo na língua de chegada, em vez de simplesmente manter a tradução óbvia e direta de *native* como *nativo* e *aborigine* como *aborígene*. Além disso, o conceito de *habitus* de Bourdieu também esteve bastante presente na estratégia de tradução, uma vez que a interpretação da intenção contida nas falas dos personagens passou pelo meu filtro, e portanto automaticamente pela minha visão da história.

A tentativa aqui foi de usar a dominação e a reparação de acordo com a própria intencionalidade do personagem, e permitir que o texto transparecesse a dominação quando a história assim pedisse e executasse a reparação quando a história necessitasse, dando voz ao grupo dominado através do uso do termo reparador.

“*Who trusted whom?*”, ou “quem confiou em quem?”, como Pym pergunta em sua palestra. “Em quem você confia?” Eu escolhi confiar no que faz mais sentido dentro da minha visão de mundo: no indivíduo dominado, no grupo colonizado, na minoria por tanto tempo sem voz, principalmente na literatura. E minha função política como tradutora exercida aqui foi de fazer o personagem dominado ser ouvido, ainda que disfarçado dentro de uma suposta ficção.

Exemplos do conflito no item 2.1:

Exemplo 1:

Texto de partida:

“Come here, child,” the governor’s wife said when the dance was over, beckoning with a finger. When Mathinna obeyed, Lady Franklin peered at her closely before turning to her husband. “Such expressive eyes! And a sweet face, don’t you think? Unusually attractive for a **native**.”

Texto de chegada:

— Venha aqui, pequena — disse a mulher do governador quando a dança terminou, gesticulando com um dedo. Quando Mathinna a obedeceu, Lady Franklin olhou para ela bem de perto antes de virar-se para o marido. — Olhos tão expressivos! E um rosto doce, você não acha? Atipicamente doce para uma **nativa**.

No exemplo 1, optei pela tradução direta (*native* por *nativo*). O peso de distanciamento e de preconceito da fala da personagem inglesa que observava a menina da tribo Palawa dançar para ela, como se fosse um animal em exibição,

guiou minha escolha tradutória. Nesse caso, escolhi manter a palavra que, em português, denota civilidade e é "politicamente correta", uma vez que a cena acontece na frente de outras pessoas.

Exemplo 2:

Texto de partida:

A decade before Mathinna was born, the so-called Black War decimated the tribes. The white men, the Palawa realized too late, were devoid of morality. They lied while smiling at you and thought nothing of luring you into traps. The Palawa fought in vain with rocks and spears and waddies against roving parties of convicts and settlers who had been officially authorized by the British government to capture or kill any **natives** on sight.

Texto de chegada:

Uma década antes de Mathinna nascer, a chamada Guerra Negra dizimou as tribos. Os Palawa perceberam tarde demais que os homens brancos eram desprovidos de moral. Eles mentiam sorrindo e não achavam nada de mais em atrair os aborígenes para armadilhas. Os Palawa lutavam em vão com pedras e lanças e *waddies* contra condenados e colonizadores que haviam sido autorizados pelo governo britânico a capturar e matar qualquer **aborígene** que encontrassem.

No exemplo 2, optei pela tradução cruzada (*native* por *aborígene*). O trecho acima descreve a vida de Mathinna — a menina Palawa que é arrancada à força da tribo e da família e levada para viver com o casal inglês — e conta brevemente a história da dizimação dos aborígenes na ilha. Escolhi, nesse caso, usar a forma como o grupo dominado se autodenomina numa tentativa de reparação, uma vez que a história aqui é contada da perspectiva deles.

2.2 O termo *servant*

Na tradução do termo *servant*, o conflito girou em torno da adequação à época, numa tentativa de manter a tradução no léxico de 1840, ainda que com um termo não mais usado hoje em dia, como *serviçal*. Usei, novamente, minhas próprias perguntas como guia: *Em inglês, é um termo pejorativo? Qual opção melhor se esquadriaria no vocabulário de 1840, empregado, criado ou serviçal? A maior reflexão da pesquisa aqui foi: será que cabe ao tradutor fazer essa reparação, evitar usar um termo que hoje entende-se como pejorativo, mesmo que o discurso da época seja justamente ele, separatista e repleto de preconceito? Recorri, primeiramente, à dicionarização dos três termos em português, empregado, criado e serviçal, e constatei que todos eles entraram no dicionário português antes do século XIV, portanto, essa escolha estaria livre de um problema temporal e caberia mesmo à minha preferência ou a outros critérios de escolha. Não gosto de tomar decisões tradutórias por preferência, embora tenha consciência de que todas as nossas escolhas, de tradução ou de qualquer outro campo, passem por ela, ainda que muitas vezes não tão minuciosamente analisadas. Tomei novamente a decisão de não manter um único termo na tradução, e assim usar a tradução *empregado* quando o uso tivesse menos ou nenhum peso pejorativo no original. E quando tivesse, como uma personagem de classe alta reclamando de seus funcionários ou um carcereiro reclamando do trabalho doméstico das prisioneiras, eu usaria as traduções com prosódia semântica negativa em português (segundo pesquisa em corpus), ou seja, *criado* e *serviçal*.*

Neste segundo conflito, o conceito de ilusão de transparência de Venuti serviu de reflexão e contribuiu para esta escolha de tradução de três termos diferentes, em que a escolha feita pelo sujeito tradutor foi completamente intencional, ainda que pudesse ou até que se quisesse parecer algo idêntico (dentro da esfera possível do idêntico entre duas línguas e culturas diferentes) de significado. Entendi ser importante que a tradução carregasse o peso pejorativo somente quando se encaixasse e fosse, de certa forma, exigido pela história. E nos outros momentos, quando a reparação podia ser aplicada, optei por fazê-la, não

reiterando, assim, palavras com peso preconceituoso e racista quando julguei que não era necessário ou relevante para a história que estava sendo contada. Os conceitos de dominação e reparação aqui também foram utilizados de acordo com a fala e a postura dos personagens, dominante quando dos colonizadores, e reparadora quando podia-se dar voz aos personagens dominados, priorizando a reparação sempre que possível.

Exemplos do conflito no item 2.2:

Exemplo 1:

Texto de partida:

Mathinna stood with the other children on the ridge as the governor and his wife made their way up from the beach, accompanied by half a dozen **servants**.

Texto de chegada:

Mathinna ficou com as outras crianças no topo da montanha enquanto o governador e sua mulher eram encaminhados à praia, acompanhados de meia dúzia de **criados**.

No exemplo 1, optei por uma tradução em que transparecesse a prosódia semântica negativa, no contexto da personagem inglesa rica que viajava na companhia indispensável daqueles que ali estavam para servi-la o tempo inteiro. Embora a tradução aqui possa ter sido um tanto domesticadora, é importante que se entenda o conflito como um todo: uma só palavra na língua-fonte para três traduções na língua-alvo, numa tentativa de exercer a reparação quando possível, porém sem prejudicar a história e sem esquecer, em momento algum, que estamos tratando de um romance, ainda que com cunho histórico e mescla de não-ficção.

Exemplo 2:

Texto de partida:

Evangeline was usually with the children until close to their supertime; by the time she was free, the **servants** had finished their own meal and were busy serving the family dinner.

Texto de chegada:

Evangeline normalmente estava com as crianças até a hora do jantar; na hora em que ficava livre, os **empregados** já tinham acabado de comer e estavam ocupados servindo o jantar da família.

No exemplo 2, optei pela palavra *empregado* na tradução, uma vez que o trecho no original era da perspectiva da personagem Evangeline e, portanto, não havia peso pejorativo no discurso. Entendi como oportunidade para exercer uma tradução reparadora, escolhendo, assim, um termo sem prosódia semântica negativa.

2.3 O termo *free settlers*

Free settlers foi um termo trabalhoso de traduzir, pois abrangia dois grupos de pessoas completamente distintos, e era preciso primeiro me certificar de qual deles estava se falando, e isso nem sempre ocorreu de forma orgânica. Seguindo minhas elucubrações iniciais: *Free settlers, no contexto do livro, é um termo que se refere a britânicos enviados à Austrália para ocupar e colonizar a ilha. Mas, em algum momento, se torna qualquer cidadão, britânico ou não, que ocupe a função de colonizador dos aborígenes.* Em tradução, ora o sentido era de cidadãos livres, englobando todas as pessoas que viviam na ilha e não estavam presas (com exceção da burguesia); ora eram os colonizadores, cidadãos britânicos enviados pelo governo britânico que recebiam um incentivo para morar na ilha e ajudar na colonização e no povoamento do local. Foram necessários, portanto, três termos diferentes de tradução para um único termo do original em inglês, desta vez referindo-se a situações distintas, o que requer atenção redobrada do sujeito tradutor.

Em muitos momentos, a autora refere-se aos *free settlers* de forma genérica, e a tradução *cidadãos livres* se encaixou na grande maioria dos casos. Porém, quando ela era específica a um grupo só, ainda que usando o mesmo termo, a tradução foi direcionada para o grupo ao qual ela se referia, os *colonizadores*. Essa última opção foi usada pouquíssimas vezes, pois a ideia do termo *free settlers* é justamente diferenciá-los de uma burguesia colonizadora, mas em momentos, como quando um colonizador fala desse grupo de pessoas incluindo-se nele e referindo-se à classe dominante, foi preciso usar a tradução *colonizadores* para ficar claro de quem ele falava e para evitar ambiguidades.

Neste terceiro caso, a teoria da invisibilidade do tradutor, de Venuti, foi crucial para a decisão de entender os contextos de utilização de cada termo e traduzir, então, pelo grupo do qual estava se falando especificamente. A tradução domesticadora seria, aqui, uma saída fácil, onde eu poderia ter escolhido um único termo como tradução e, em alguns momentos, perdido o significado mais específico desejado. Embora, de alguma forma, eu tenha facilitado a compreensão do leitor, o que poderia ser compreendido como uma tradução domesticadora, o que me propus a fazer foi abrir os significados possíveis e empregá-los de acordo com cada situação, sem perder as várias camadas de sentido do termo. Certamente não foi uma escolha que seria considerada estrangeirizante, mas tampouco acho que tenha sido domesticadora.

Já dentro da perspectiva dominação x reparação, entendo a reparação sendo aqui a escolha de especificar os grupos referidos em vez de generalizar com um só termo, permitindo que o leitor apreenda as diferentes camadas de significado na língua de chegada.

Exemplos do conflito no item 2.3:

Exemplo 1:

Texto de partida:

“You’ll be assigned to one of three classes, depending upon your sentence, reports of your conduct filled out by the ship’s surgeon, and our assessment of your

character. Assignables — those of you who are well behaved and presentable, and who possess a useful skill or ability — will be accorded the privilege of leaving the premises to work in **free settlers**' homes and businesses.”

Texto de chegada:

— Vocês serão designadas para uma das três classes, dependendo da pena que receberam, dos relatórios de conduta preenchidos pelo médico do navio e pela nossa avaliação de caráter. As confiáveis: aquelas que tiverem bom comportamento, que forem apresentáveis e que possuam alguma competência ou habilidade úteis receberão o privilégio de sair das instalações para trabalhar em casas e empresas de **cidadãos livres**.

No exemplo 1, optei pela tradução “cidadãos livres”, uma vez que se referia, como dito acima, a todos os cidadãos que viviam na ilha, com exceção da burguesia.

Exemplo 2:

Texto de partida:

It is increasingly apparent the Aboriginal natives of this colony are, and have ever been, a most treacherous race; and that the kindness and humanity which they have always experienced from the **free settlers** has not tended to civilize them to any degree.

George Arthur, Governor of Van Diemen's Land, in a letter to Sir George Murray, Secretary of State for War and the Colonies, 1830

Texto de chegada:

É cada vez mais evidente que os aborígenes dessa colônia são, e sempre foram, uma raça bastante traiçoeira; e que a bondade e a humanidade que sempre receberam dos **colonizadores** não contribuiu para que se tornassem civilizados em nenhum nível.

George Arthur, governador da ilha de Van Diemen, em carta a Sir George Murray, Secretário de Estado de Guerra e das Colônias, 1830

No exemplo 2, a tradução de *free settlers* por *cidadãos livres* não daria conta do significado, uma vez que se trata de escritos históricos verídicos do Secretário de Estado da época e que, vê-se, coloca os aborígenes como um povo ingrato em oposição à suposta generosidade do povo dominante. Sendo assim, a tradução que se enquadra aqui seria a palavra *colonizadores*, aqueles responsáveis por “civilizar” as tribos aborígenes. A escolha do termo distinto aqui foi intencional e pontual, uma vez que a generalização *cidadãos livres* deixaria a fala do governador mais superficial e sem o peso da dominação desejada. E, portanto, a tradução foi na direção da reparação, com o intuito de não mascarar a intenção separatista contida na fala do político.

2.4 Marsupiais e vegetação local

Os marsupiais, grupo de animais predominante na ilha e que representam a Austrália até hoje, foram bastante explorados pela autora, que fez questão de colocar suas muitas espécies para compor o cenário da história. Mais uma vez, parti das minhas reflexões e questionamentos feitos na leitura prévia: *Muitos não têm tradução. Manter o nome em inglês deixa o texto truncado? Usar o nome científico não endurece um texto literário? Simplificar e usar um termo abrangente não domestica a tradução e distancia o leitor do universo literário (e real) descrito? Os cangurus e gambás nos são completamente familiares, mas o que fazer com as espécies que não possuem tradução? wallaby, pademelon? Ou mesmo vombate, em que há tradução mas pouquíssima familiaridade com o termo? O mesmo dilema ocorreu com a vegetação, em que muitas das flores e plantas descritas só eram encontradas em português pelo nome científico.*

A decisão aqui passou bastante pela oposição de Venuti domesticação x estrangeirização. Reduzir todos os marsupiais a cangurus e gambás, só para facilitar a leitura do brasileiro, não seria privá-lo do acesso a uma cultura

riquíssima de uma fauna diferente da nossa? E manter todos os nomes sem tradução de marsupiais e plantas em itálico não tornaria a leitura de um texto literário dura, difícil e até entediante?

A solução aqui foi uma tradução híbrida, como Venuti (2021) propõe, priorizando a estrangeirização. Mantive em itálico os termos em inglês para os marsupiais cujas traduções não existiam em português, numa tentativa de trazer ao leitor brasileiro aquela cultura exposta no livro, ainda que alguns termos não existam em nossa língua. Quanto às plantas, troquei os nomes em inglês por seus nomes científicos em itálico, também deixando claro através do estranhamento que ali se descrevia uma outra cultura, muitas vezes sem representações exatas na nossa cultura de chegada.

Este caso foi o grande conflito domesticação x estrangeirização da pesquisa. A abordagem político-ideológica de Venuti na definição desses termos me ajudou muito a entender o caminho que gostaria que minha tradução tomasse com relação a essa terminologia. Sem dúvida alguma, substituir nomes da fauna e da flora australianas sem tradução por termos existentes em português, ainda que outros, seria uma domesticação que beiraria a violência da tradução, outro conceito de Venuti que não chegamos a explorar neste trabalho como suporte teórico, mas que certamente se enquadraria nessa situação. Domesticar a tradução, nesse caso, seria tolher o leitor brasileiro do acesso à diversidade cultural. Escolhi, de maneira orgulhosa e política, aplicar uma tradução estrangeirizante, causando estranhamento no leitor com palavras em itálico e nomes científicos, que deixavam claro que estávamos falando de algo desconhecido culturalmente para nós. Quanto à dominação x reparação, deparamo-nos com a ideia de diálogo dos termos, mas não de congruência. O que ocorreu aqui foi uma espécie de não-dominação, uma vez que a tentativa foi de levar a outra cultura para a língua de chegada, e não de buscar uma familiaridade dominante, no sentido da dominação tradicional de Weber, para reproduzi-la somente em parte.

Exemplos do conflito no item 2.4:

Exemplo 1:

Texto de partida:

She knew all the animals: the possums and wallabies and kangaroos, the pademelons that lived in the forest and only came out at night, the seals that lolled on rocks and rolled into the surf to cool off.

Texto de chegada:

Ela conhecia todos os animais: o cusu-de-orelhas-grandes, o *wallaby*, o canguru, os marsupiais que viviam na floresta e só saíam à noite, as focas que ficavam estiradas nas pedras e rolavam nas ondas para se refrescar.

No exemplo 1, usei a tradução de *possum* pelo nome popular específico, ainda que nada familiar aos brasileiros, e escolhi não generalizar a tradução de *wallaby*, que é uma espécie de mini canguru. Mantive seu nome em itálico, indicando que não havia sido traduzido, mas sem domesticar e facilitar a recepção para o leitor.

Exemplo 2:

Texto de partida:

Sir John, sleek as a **wombat** in a form-fitting tuxedo, met Mathinna and Eleanor — wearing a custard-colored, scoop-neck taffeta gown that matched her hair — on the stone apron of Government House.

Texto de chegada:

Sir John, esguio como um **vombate** dentro de um terno apertado demais em seu corpo, encontrou Mathinna e Eleanor — que usava um vestido de tafetá creme de gola redonda que combinava com seu cabelo — na entrada de pedras da Residência do Governo.

No exemplo 2, optei por traduzir o termo *wombat*, propositalmente para gerar desconforto no leitor, para tirá-lo da zona de conforto da familiaridade, ao

ler uma referência atípica e desconhecida. O objetivo foi, como dito acima, a não-dominância, seja pelo viés mercadológico da estrangeirização, seja pelo viés político e histórico da reparação proposta.

2.5 Questões feministas

As questões feministas que perpassam o livro são, em sua maioria, bastante sutis, principalmente se escritas em uma língua sem gênero de substantivos e adjetivos como o inglês. Neste conflito, minhas reflexões prévias foram: *Entrelaçada à história do livro está a história verdadeira das primeiras mulheres que ingressaram na escola de medicina da Austrália. Há uma bandeira feminista levantada por trás do texto. Marcar ou não essa bandeira com termos usados hoje no português para a causa feminista? Essa escolha restringirá o tipo de leitor?* Nessa passagem para o português, esse posicionamento de gênero será crucial, uma vez que precisamos fazer essa escolha na grande maioria das palavras na nossa língua de chegada. Manter alguns termos no masculino como forma de generalização ou buscar adjetivos neutros é, em si, um posicionamento dominante, em meio à grande mudança de paradigma que o mundo vive hoje com as lutas feministas por salários igualitários; posições altas de mulheres em empresas; direitos que enxerguem e valorizem o papel de mãe daquelas que assim escolhem; lugar de voz; representatividade; dentre tantas outras lutas femininas. Ignorar o movimento feminista e realizar a tradução o mais próxima do original possível, nesse caso, o mais sem gênero possível, seria estrangeirizar a tradução, mas ir contra o movimento de reparação da história das mulheres no mundo. Portanto, aqui, minha escolha foi levar ao leitor a oportunidade de se acostumar com um léxico todo feminino, principalmente quando se fala da conquista de mulheres tão importantes no início dessa luta da Austrália. Entendo que, tivesse o inglês gênero, a autora o teria utilizado, não só a favor do texto, mas também, e principalmente, em prol das mulheres.

Neste caso, o conceito de *habitus* de Bourdieu gerou reflexões responsáveis pela decisão de uma tradução politicamente influenciada. Fosse eu

um homem ou uma tradutora mulher não alinhada ao feminismo, era muito possível que essas reflexões sequer tivessem existido. Utilizei-me da minha construção pessoal e profissional, das minhas influências de vida, da minha educação e dos meus ideais para tomar a decisão de marcar o gênero feminino quando diante de passagens em que o papel da mulher numa busca pela ascensão era evidenciado, ainda que sutilmente, pela língua inglesa sem gênero.

Outro conceito teórico de suma importância utilizado aqui foi a “voz da mulher”, de Anne Carson. Não tivesse a autora surgido na minha trajetória acadêmica, é provável que tais questões do feminino atravessassem minhas reflexões de forma um tanto superficial, e certamente menos tendenciosa a uma tentativa de reparação mais radical nesse quesito. Acabei por entender esse conflito como uma oportunidade de utilizar, ou mesmo de impor, essa referida voz a que Anne Carson se refere. Como mulher, traduzindo um texto escrito por uma mulher sobre a história de mulheres, retratando momentos de conquistas femininas importantíssimas e definidoras na história da Austrália e, de certa forma, de todas nós, deparar-me com este conflito sob a influência dos textos de Anne Carson foi uma espécie de chance de aplicar a minha voz e a voz do feminismo no meu trabalho. Aqui não houve espaço para a dominação, e os conceitos de Bourdieu e de Anne Carson deixaram clara a escolha explícita pela reparação.

Exemplos do conflito no item 2.5:

Exemplo 1:

Texto de partida:

“It’s only natural that you’d have such a response,” Dr. Garrett said. “You were a child taken from her mother.” She patted Ruby’s hand. “Your understanding of what it’s like to feel abandoned is yet another reason we need **qualified doctors** like you, Miss Dunne, working with vulnerable populations in far-flung places like Australia.”

Texto de chegada:

— É muito natural que você tivesse essa reação — afirmou a dra. Garrett. — Você era uma criança que foi tirada da mãe. — Ela acariciou a mão de Ruby. — Sua compreensão sobre como é sentir-se abandonada é mais um motivo pelo qual precisamos de **médicas qualificadas** como você, srta. Dunne, trabalhando com populações vulneráveis em lugares longínquos como a Austrália.

No exemplo 1, optei por traduzir no feminino *médicas qualificadas*, ao invés de usar o gênero masculino de generalização da língua portuguesa. A escolha deu-se por se tratar da história da conquista feminina na Universidade de Medicina da Austrália, e portanto uma oportunidade de marcar no texto, com o gênero feminino, a importância das médicas mulheres, e não simplesmente de médicos em geral, embora o original não faça essa menção explícita.

Exemplo 2:

Original:

“Penal transportation to Tasmania only ended fifteen years ago,” she said with characteristic bluntness when Ruby arrived in Marylebone. “I must ask: Are you related to **a convict**?”

Tradução:

— A pena de exílio na Tasmânia só terminou há quinze anos — disse ela com sua franqueza característica quando Ruby chegou em Marylebone. — Preciso perguntar: você é parente de **alguma condenada**?

No exemplo 2, o termo *convict* em inglês poderia ter sido traduzido para o masculino na língua de chegada, uma vez que, como dito acima, transmite a ideia de generalização. E não há marca alguma no texto original que denote o gênero feminino. (Apesar do inglês não possuir gênero de substantivos, há maneiras outras de se marcar o gênero, como acrescentando as palavras *man* ou *woman* acompanhando o substantivo, ou “*male*” e “*female*”, ou ainda por meio dos

pronomes.) Contudo, fiz a escolha de trazer para o feminino, pois entendi ser mais um momento de oportunidade para honrar o movimento feminista.

A cena retrata a conversa entre duas mulheres já bastante à frente do seu tempo, uma médica e a outra estudando para ingressar na Faculdade de Medicina, e o assunto é a pena de exílio, que sentenciava tanto homens quanto mulheres. Reconheço aqui uma chance de deixar transparecer no texto a relevância dessas mulheres condenadas, que foram responsáveis por grande parte do povoamento da Austrália, e mais tarde de sua independência (ainda que, até hoje, seja considerada uma colônia britânica). Pouco se sabe sobre a história dessas mulheres, e encontrei aqui, ao reforçar o gênero feminino, uma chance de honrá-las.

2.6 O termo *ye*

Quanto a este conflito, a questão foi com relação à marca informal do *ye* no lugar do *you* na fala de personagens de origem mais simples e com menos acesso à educação formal, como grande parte das prisioneiras e os marinheiros no navio que as levavam para o exílio. Meus questionamentos iniciais foram, mais uma vez, meu ponto de partida: *Vocabulário simples usado pela classe mais baixa. A principal marca é ye no lugar de you. O tu conjugado com a terceira pessoa em português poderia marcar um registro mais baixo, mas será que em 1840? A primeira possibilidade em português que veio à cabeça foi trocar você por tu, mantendo a conjugação da frase em terceira pessoa, como já acontece na língua no discurso de classe mais baixa (que é uma das marcas mais discutidas na teoria de preconceito linguístico, sobre a qual não falaremos aqui). Porém, por se tratar de uma história que se passa em 1840, essa possibilidade pareceu-me um pouco confusa, uma vez que o discurso de uma classe mais simples ainda não era marcado por essa conjugação trocada. Pelo contrário. O termo *vossa mercê* (referindo-se a *vós*), que deu origem ao *você* após passar por algumas transformações ao longo dos anos, é encontrado nos documentos oficiais brasileiros até a Proclamação da República, em 1889, o que deixa subentendido que o *tu* seguiu sendo usado formalmente para referir-se ao outro no singular até,*

pelo menos, essa época. Apesar de muitas pesquisas, a data de início desse uso não fica muito clara, e precisei acreditar na única fonte confiável que encontrei, os documentos oficiais.

“Em quem você confia?”, a voz de Pym ecoou no pano de fundo desta pesquisa. Embora os registros oficiais antigos estejam sabidamente repletos de influência da corte e da burguesia (sempre os colonizadores), qual é a outra alternativa que o sujeito tradutor possui no que diz respeito às pesquisas históricas quanto a datas e uso de determinadas palavras?

A solução que encontrei foi fazer essa marca de narrativa de forma familiar e, portanto, com o *tu* conjugado na terceira pessoa, mesmo que contrariando os documentos da época, unida a outros elementos da frase, como o singular de adjetivo junto a um substantivo no plural; palavras de mais baixo calão já dicionarizadas no início do séc. XIX; a falta do *r* no final de um verbo no infinitivo. Elementos que pudessem soar como marcas de oralidade no diálogo e que fossem, ao mesmo tempo, possíveis de serem ditos na cultura de chegada por um cidadão de classe mais baixa.

Neste sexto conflito, utilizei-me das reflexões de Pym sobre confiabilidade na pesquisa histórica para estabelecer meus parâmetros de tradução quanto às marcas de uma linguagem simples nos diálogos. Baseada nessas reflexões teóricas, escolhi para minha pesquisa os documentos oficiais que sugeriam, e não garantiam, uma data para o uso dos pronomes em português serem usados formal e informalmente. E optei, conscientemente, por não acreditar piamente neles e seguir meu instinto, que me dizia que a maior marca de oralidade que temos no português falado por uma classe mais baixa é o uso do *tu* na terceira pessoa.

Quanto à dominação x reparação, adotei novamente a não-dominação ao optar por ignorar os documentos oficiais e marcar os diálogos com termos que não constavam ainda nos registros, mesmo que isso torne a minha pesquisa menos confiável.

Exemplos do conflito no item 2.6:

Exemplo 1:

Texto de partida:

“The way **ye** talk. Book smart. But **ye** don’t have the airs of a lady. Pity you’re not so smart in the ways of the world, Evange-a-*leen*.”

Texto de chegada:

— O jeito que **tu** fala. Toda **intelligentona**. Mas **tu num** tem cara de grã-fina. Pena que **tu num** é tão esperta no mundo real, Evange-*liine*.

No exemplo 1, para marcar a fala mais simples usei a marca do *tu* junto com o aumentativo informal de inteligente, *intelligentona*, e o *num* no lugar do *não*, fazendo referência a uma fala corrida e sem polidez.

Exemplo 2:

Original:

“I’d give **ye** some,” the woman said after a moment, “but I’m starvin’.”

Tradução:

— Eu **te** daria um pouco — falou a mulher depois de um tempo —, mas eu **tô** faminta.

No exemplo 2, optei pelo *te* de segunda pessoa junto com a redução oral *tô* para *estou*. Em ambos os casos, adotei a ideia de não-dominação, uma vez que a reparação como proposta nestes exemplos não se fazia plausível.

2.7 O termo *transportation*

Transportation, um dos termos mais importantes (se não o mais importante) da obra. De acordo com minhas reflexões na leitura prévia: *O termo refere-se à pena dos condenados que eram enviados à Austrália. A construção do uso não requer preposição: 14 years transportation. Como traduzir todo o peso que a palavra carrega? Como não perder a ideia de movimento, de meio de transporte marítimo e de exílio ao mesmo tempo?*

A história do livro é justamente sobre essa pena adotada na Grã-Bretanha para se livrar dos presos, isolando-os em uma ilha distante, longe da corte e do crescimento de Londres. Como a maioria dos presos e presas morria nesse percurso (e seus corpos eram desovados no mar) ou na prisão, os custos do Estado com os condenados eram bastante reduzidos quando a pena era estabelecida, o que ocorria de maneira injusta e arbitrária. O termo *exílio* foi minha primeira opção de tradução, pois ele já carrega a ideia de expatriação, de local longínquo e de isolamento social, embora também seja algo que se possa escolher. Exilar-se pode ser voluntário.

E foi justamente essa conotação possível que me fez buscar outros termos. Além disso, eu queria uma palavra em português que também carregasse o sentido de um movimento lento, de demora, assim como de transporte marítimo, que era o único meio de transporte na época e pelo qual a viagem até a Austrália era feita. Falar na pena de *transportation* queria dizer: exílio forçado no porão de um navio que ficava quatro meses no mar. De certa maneira, *transportation* também carregava a sombra da morte. Reduzir a *transporte* não foi uma opção, uma vez que a palavra carrega poucos elementos da definição do termo na língua portuguesa. Explicar com uma nota de rodapé seria possível, mas mal visto em um romance, e requereria uma explicação que, em algum nível, passava bastante pela minha interpretação, o que poderia gerar um conflito com o leitor.

Na minha visão, *transportation* simbolizava um grande medo da morte, mas essa não seria uma visão influenciada somente pelo meu habitus? Recorri, portanto, a todas as ocorrências da palavra no texto, que impressionantemente não eram muitas, mas todas de grande importância para o entendimento da história.

Acabei optando por fazer referência ao título do livro e deixar a tradução como *exílio*, partindo do princípio que essa palavra, em português, também pode remeter a diversas interpretações de sensações e sentimentos, assim como *transportation* despertou em mim.

Talvez eu tenha optado por uma tradução domesticadora aqui, se pensarmos que escolhi um termo mais familiar ao leitor, em vez de algo como *pena de deslocamento*, por exemplo, que geraria bastante estranhamento e poderia ser um caminho para a estrangeirização. Mas por outro lado, escolhi algo aberto à imaginação do leitor, numa tentativa de provocar sentidos e impressões possivelmente diferentes dos que tive.

Este sétimo e último caso analisado reuniu quase todas as teorias e conceitos propostos como suporte teórico para o trabalho. Passou pela teoria da invisibilidade, de Venuti, em que a ideia do apagamento do tradutor e da ilusão de transparência geraram muitas dúvidas quanto à escolha pela tradução *exílio*. De certa forma, eu optei por uma tradução domesticadora ao escolher um termo mais familiar ao leitor em vez de um termo estrangeirizante, que o incomodasse e despertasse estranheza. Contudo, o conceito de habitus, de Bourdieu, falou bem alto quando entendi que eu gostaria que o leitor tivesse, com a tradução, uma experiência de pensamento livre semelhante a que eu tive com a palavra *transportation* no original. Fui em busca de uma palavra que pudesse carregar significados particulares para cada um e que incentivasse uma interpretação pessoal e criativa do que a pena carregava e do que poderiam sentir as pessoas que a recebiam. A reflexão sobre confiabilidade na pesquisa, de Pym, também esteve presente na tradução deste termo, uma vez que precisei selecionar algumas fontes históricas que julguei mais fidedignas, embora não se tenha como saber, com certeza, os dois lados da história e se saiba que a história da colonização reproduzida pelos colonizadores ainda é, até hoje, divulgada e contada de forma muitas vezes controversa.

Quanto à dominação x reparação, a tentativa foi reparar a própria história ao escolher um termo também carregado de muitos significados. Mas, no fundo,

se a pesquisa baseia-se nas fontes oficiais, e portanto, nos colonizadores, não seria essa também uma forma de dominação?

Exemplos do conflito no item 2.7:

Exemplo 1:

Texto de partida:

The judge lifted his gavel. “Sentenced,” he said, bringing it down with a bang. “**Fourteen years transportation** to the land beyond the seas.”

Texto de chegada:

O juiz ergueu seu martelo.

— Condenada — disse ele, e bateu o martelo na mesa. — Pena de **catorze anos de exílio**, transferida para a terra além-mar.

No exemplo 1, acrescentei a palavra *pena* junto à tradução *exílio*, uma vez que era a primeira vez que aparecia no texto, e entendi como uma forma de explicar para o leitor sem a necessidade de um paratexto e sem subestimá-lo.

Exemplo 2:

Texto de partida:

“She was in Newgate for months. And then sentenced to **transportation** for fourteen years and locked inside a slave ship. She was murdered by a sailor on the voyage over, an ex-convict.”

Texto de chegada:

— Ela ficou em Newgate durante meses. E depois foi condenada ao **exílio** por catorze anos e trancada em um navio de prisioneiros. Ela foi assassinada por um marinheiro durante a viagem, um ex-condenado.

No exemplo 2, a tradução do termo *transportation* foi exatamente como explicitada no texto do conflito no item 2.7, *exílio*. A reparação aqui é entendida e pretendida no que diz respeito à história em si, na tentativa do uso de um termo que despertasse não familiaridade nem objetividade, mas reflexão sobre a pena executada e sobre a própria palavra *exílio*, com tantas camadas de sentido e representação na língua portuguesa.

3. UM PARÊNTESE MACROTEXTUAL

Embora a abordagem metodológica escolhida e adotada ao longo deste trabalho tenha sido a microtextual, proposta por Lambert & Van Gorp (2011), tornou-se ponto importante para refletir e entender os efeitos na recepção das escolhas tradutórias aqui realizadas uma breve passagem pela abordagem macrotextual.

Se, conforme explicitado no item 1.2, a abordagem microtextual visa a explorar as relações diversas que podem ser estabelecidas dentro do texto literário, a abordagem macrotextual, por sua vez, debruça-se sobre as relações fora do texto literário, como esta que apresentaremos a seguir.

As reportagens e críticas literárias tratam da relação de comunicação entre as escolhas feitas no texto (dentro) e os efeitos de recepção do mesmo nos leitores e/ou no sistema literário (fora). Portanto, partimos de uma escala microtextual (o texto traduzido) para uma escala macrotextual (sua recepção).

A reportagem abaixo não trata da obra *Exílio* especificamente, mas traz a postura da editora HarperCollins quanto à tradução de suas obras publicadas. Tal postura se faz de extrema relevância para a discussão sobre dominação histórica x reparação social abordada no presente trabalho.

Folha de São Paulo, 28 de março de 2023

Obra de Agatha Christie é editada para remoção de conteúdo
dito racista

Após Ian Fleming e Roald Dahl, Agatha Christie é o mais recente grande nome da literatura a ter seus livros alterados com a intenção de retirar deles ou reescrever neles trechos considerados racistas ou possivelmente ofensivos.

Segundo o jornal *The Telegraph*, a editora HarperCollins já começou a implementar, pelo menos desde 2020, mudanças em edições de títulos protagonizados por Hercule Poirot e Miss Marple.

Ambos os personagens são fundamentais para a obra da autora britânica, que é considerada um nome crucial da literatura de mistério e "whodunnit", em que crimes são desvendados em busca do culpado.

As histórias de Poirot e Marple foram escritas originalmente entre as décadas de 1920 e 1970. Algumas delas são ambientadas em países fora da Grã-Bretanha.

Uma das mudanças, por exemplo, se deu em *Morte no Nilo*, de 1937, título protagonizado por Poirot. Em uma cena do romance, a Sra. Allerton se queixa de um grupo de crianças a provocando.

"Eles voltam e me encaram e encaram, e os olhos deles são simplesmente nojentos, bem como os narizes deles, e não acredito que eles sejam crianças de verdade", diz a personagem, em livre tradução. A nova versão do trecho se resume a: "Elas voltam e me encaram e encaram. E não acredito que eles sejam crianças de verdade".

Outra edição implementada foi em *Um Mistério no Caribe*, de 1964, com Miss Marple. Em uma cena, a detetive amadora refere-se aos dentes brancos de uma funcionária de hotel como "adoráveis". O trecho foi removido.

As alterações, que também abrangem personagens descritos como judeus ou ciganos, foram feitas por leitores de sensibilidade. Estes são profissionais da literatura que fazem análises de textos ficcionais para levantar trechos possivelmente ofensivos na representação de grupos sociais marginalizados, em

especial quando o autor do livro em questão não pertence ao mesmo grupo.

A intenção da HarperCollins com as mudanças é manter os livros de Christie relevantes para o público moderno, em especial os jovens.

Esta não é a primeira vez que a obra da escritora britânica passa por mudanças. Em 1977, *O Caso dos Dez Negrinhos* ("*Ten Little Niggers*", no título original) passou a ser chamado *E Não Sobrou Nenhum* ("*And The There Were None*"). A obra é uma das principais do catálogo de Christie.

Procurada pela reportagem, a HarperCollins Brasil afirmou em nota que desde 2020 lança livros da autora com notas e comentários, com o objetivo de contextualizar o leitor a respeito do momento em que as obras foram escritas para ele ter suas próprias reflexões. A ramificação brasileira da editora afirmou também que não pode responder pelas filiais da HarperCollins de outros países.

Embora a tradução tenha sido realizada dois anos antes da reportagem em questão, e nenhum dos conflitos abordados e trabalhados aqui tenham sido totalmente explicitados à editora (pessoa física, cargo) à época da entrega da tradução da obra, o posicionamento político divulgado pela editora (pessoa jurídica, contratante) vai ao encontro do conceito de reparação social proposto neste trabalho. Ao executar a retradução de trechos e até de títulos da obra de Agatha Christie, a editora HarperCollins foi a primeira do mercado editorial brasileiro a adotar publicamente uma postura política e a se dispor a analisar os efeitos éticos de suas traduções na construção da sociedade.

Ainda que sem usar a denominação dos conceitos aqui propostos, a editora se coloca claramente a favor da reparação social em suas traduções, reconhecendo a perpetuação da dominação histórica na tradução como um ato negativo

praticado pelas editoras, a própria incluída, e as possíveis consequências de uma postura neutra em desacordo com a evolução do pensamento mundial.

Contudo, a crítica negativa se deixa transparecer logo no título da reportagem. A infeliz (e totalmente intencional) escolha da palavra “dito” pelo redator (“conteúdo dito racista”) já demonstra de partida como a dominação histórica é o caminho mais automático e intuitivo da sociedade, marginalizando cada vez mais o que está na periferia. O posicionamento público da editora foi bastante criticado também por leitores, como aparece em milhares de comentários na página da publicação, alguns raivosos pela “audácia” da editora em modificar as palavras minuciosamente escolhidas pela autora, outros temerosos pelo apagamento de traços marcantes de seu estilo e obra.

A visão positivista sobre a reparação social, no caso da literatura, parece ser entendida como uma espécie de esquecimento das escolhas lexicais dos autores e do contexto de suas épocas. Mas como se daria a reparação na escrita se não por meio de uma mudança no léxico? Como parar a perpetuação da dominação histórica se não mudando justamente o que a originou?

Buscar a reparação social na literatura é reconhecer a dívida histórica com as minorias, principalmente com a população negra, e ir em busca de uma redenção, de um concerto, e não de um apagamento. Não há cultura sendo negada e tampouco autores sendo desonrados, e sim um léxico novo sendo proposto, que leve em consideração a perspectiva de que o mundo não é composto, entendido e nem enxergado exclusivamente pela visão do homem branco.

Optar pela perpetuação da dominação histórica é permitir que os oprimidos sigam sem voz; é impedir que as histórias sejam contadas e recontadas a partir de outros olhares; é ignorar que ao longo de séculos populações inteiras foram dizimadas, escravizadas, torturadas e seguem sem direito à retratação; é não reconhecer a dívida que temos com a população negra, com o povo judeu, com os povos originários de tantas regiões; e principalmente não achar que é nosso dever reler a história do mundo sob um outro prisma.

E é através de um outro léxico que essa retratação poderá ser, aos poucos, realizada. Não há mudança sem movimento, e o sujeito tradutor ocupa, sem

dúvida, um lugar de possibilitador dessa retratação ou de perpetuador da opressão. Cabe a ele e à sua postura tradutória (e por que não ética?) escolher de que lado ficará.

4. CONCLUSÃO

Deparei-me com conflitos tradutórios ao longo de toda a tradução; foram aqui destacados alguns deles para análise e reflexão. Para tal análise, foi de grande relevância trabalhar em diálogo com as teorias, pois muitas vezes foram elas e as reflexões geradas por elas que guiaram o caminho para a tomada de decisão dos termos traduzidos.

Volto a perguntar aqui, para por fim tentar responder as perguntas de pesquisa feitas no início deste trabalho:

Como a tradução influencia no julgamento do leitor e contribui para a dominação ou reparação da sociedade? Concluo, aqui, após as reflexões realizadas neste trabalho, que todas as escolhas feitas pelo tradutor influenciam na construção do pensamento do leitor, ainda que este não participe do processo tradutório realizado. Acredito que o valor carregado pelas palavras é capaz de perpetuar ou modificar uma noção ou uma perspectiva. E aquele responsável pela escolha dos termos usados, neste caso o tradutor, tem a possibilidade de reafirmar, com a dominação, ou de contornar, com a reparação, todo o léxico de uma sociedade. Contudo, para um resposta em dados quantitativos, seria necessária uma extensão da pesquisa (conforme proposto abaixo), analisando a receptividade do livro traduzido e as críticas feitas a ele após a publicação, tanto da mídia quanto do público-leitor. Caberia aqui uma pesquisa realizada com uma metodologia de abordagem macrotextual e com suporte teórico da sociologia da tradução, em que se pudesse analisar os capitais em jogo e a relação do texto com as editoras e o mercado editorial. A curta abordagem macrotextual feita no final do trabalho, embora não sobre a obra específica, mas que nos permite começar a discussão, demonstra brevemente a difícil recepção do público-leitor e do próprio mercado da tentativa de reparação social. A dominação histórica, como o próprio nome sugere, está tão arraigada cultural e socialmente no indivíduo que, ao se deparar com mudanças num léxico já tão familiar, ele se sente roubado de algo grandioso, que entendo ser a certeza do previsível. Propor a reparação social

através da mudança de léxico na literatura é convidar o leitor a desbravar uma selva desconhecida, também externa, mas principalmente interna, a olhar para suas próprias acepções não só das palavras, mas de conceitos e visões de mundo. E nessa tentativa, corremos o risco de ser excludentes por um lado, se acreditarmos que somente um leitor intelectual terá essa abertura e irá se dispor a esse mergulho; mas ao optar por não correr esse risco, por outro lado, estamos sendo também excludentes e arrogantes, não apresentando essa possibilidade ao leitor menos assíduo, abrindo mão, assim, de uma tentativa de mudança.

É ético fazer escolhas tradutórias com foco maior na língua e cultura-meta? Com base no escopo teórico aqui explorado de Venuti — com a noção de interpretantes — e de Oliveira — com a proposta da ética da diferença e a consequente alteração da identidade cultural —, concluo que sim, que faz parte do ofício do sujeito tradutor fazer escolhas que muitas vezes não estão completamente alinhadas à língua e cultura de partida, mas que fazem sentido e possibilitam tentativas de mudanças estruturais na língua e na cultura de chegada. É impossível sabermos com certeza o intuito real do autor ao longo de todas as escolhas lexicais de um livro, mas podemos e devemos, sim, confiar no que julgamos ser nossa ética de trabalho, passando inevitavelmente pelo nosso habitus e sem desrespeitar nem a língua e cultura de chegada, nem a língua e cultura de partida, nem o autor. Mas é a partir dessas escolhas lexicais, semânticas, culturais, éticas e políticas que estaremos exercendo, através da língua e da linguagem, tentativas de manutenção da dominação histórica ou de mudanças de reparação social.

De que modos o papel do tradutor é também um papel político? A partir da ideia de ética explorada aqui em momentos distintos, o sujeito tradutor há de ser intrinsecamente um sujeito político, fazendo escolhas que vão muito além das palavras. Entender as palavras em si desconectadas de sentido e contexto seria não entender a própria língua e, mais ainda, a própria linguagem. Toda e qualquer escolha de um indivíduo é per se política. E para aqueles que lidam com as palavras, o sujeito tradutor aí incluído, acrescenta-se ainda mais uma camada política, esta pública, uma vez que os efeitos de suas escolhas refletem na

percepção — sendo ela manutenção ou mudança — de outros indivíduos. Partindo do conceito de *habitus* de Bourdieu, não há palavra que saia de nossas bocas que não passe pela construção do ser humano que somos, por cada camada de identidade, de gênero, de educação, de criação, de religião, de posição social, de geografia, de cultura, de letramento e tantos etceteras. Eu diria que hoje entendo o papel do tradutor como uma oportunidade para exercer a reparação histórica, à qual dediquei-me com afínco a explorar nesse trabalho. É através da tradução que ocorre o acesso aos textos publicados nas mais de sete mil línguas faladas no mundo, e pode ser através dela também que novas perspectivas sejam apresentadas, perspectivas de povos dominados, de línguas dominadas, que muitas vezes dependerão de uma visão reparadora do tradutor para terem suas vozes ouvidas. Como cidadão ativo, o que está ao alcance do tradutor é fazer-se ouvir uma fala oprimida, uma história com um só lado contado até então, proporcionando ao leitor uma outra visão, um outro entendimento, às vezes escolhendo uma palavra à outra no texto, trocando “nativo” por “aborígene”, evitando chamar um empregado de “criado” ou simplesmente dando ao leitor a oportunidade de sentir os efeitos e sentimentos que a palavra “exílio” pode desencadear.

Retomo aqui a epígrafe da artista e escultora francesa Camille Claudel escolhida para este trabalho: *Existe sempre alguma coisa ausente que me atormenta*¹³. Conhecidamente com questões psiquiátricas e diagnosticada à época como louca, Camille era assombrada por uma ausência existencial, um vazio que não a deixava sentir-se plena. Muitas vezes, na tradução e no meu trabalho como tradutora, reconheço essa ausência no universo das palavras, despertando em mim constantes inquietações. O que *me* atormenta é quando da impossibilidade de representar na minha língua o que intuo que a cultura de partida quer (me) dizer. Intuo o que é, mas não encontro meios de retratar o que está sendo dito. E é desse lugar, dessa falta, desse limbo de significados e significantes que as raízes da tradução emergem. É para preenchê-lo que o trabalho do sujeito tradutor existe – e

¹³ “il y a toujours quelque chose d’absent qui me tourmente.”

preenchê-lo pode paradoxalmente significar dar a ver um abismo, uma diferença onde se supunha haver equivalência.

É na angústia da tormenta que encontro a beleza do ofício que exerço. A sedução do transbordar da tradução estrangeirizante de Venuti, da ausência de Claudel e da tentativa de uma reparação social pela tradução falam do mesmo lugar, da necessidade de se encontrar em outras possibilidades o que não coube na língua, ou naquela forma da língua imobilizada. É preciso sair do que nos é familiar para tentar chegar do outro lado, seja ele estrutural ou existencial.

Concluo que não só a escolha de uma ética de tradução —, mas a escolha lexical é o maior ato político que fazemos através da escrita tradutória. As palavras que escolhemos, a ordem em que as colocamos e o tipo de pontuação que adotamos podem, sim, mudar a visão de uma pessoa, apresentar um novo olhar, propor uma nova perspectiva. Cada escolha feita pelo tradutor, como as tantas apresentadas acima, é uma diretriz de sua postura política e ideológica.

Quanto à desejada reparação, à qual me esforcei para aplicar nesta tradução e sigo me esforçando incansavelmente para atingir, é também um ato político, se não o maior deles, numa tradução que conta a história de um país, ainda que seja dentro da ficção, ou principalmente dentro dela. Fazer entrar nas experiências do leitor um novo léxico que lhe permita ver o mundo de outra forma, ou olhar para um mesmo lugar sob outra perspectiva, é não só um desejo, mas também acabou se tornando um ideal.

4.1. Possíveis desdobramentos futuros da pesquisa

Por uma questão de foco, esta pesquisa se ateve majoritariamente a uma perspectiva microtextual, conforme explicitado na Metodologia. Entretanto, deixo aqui algumas considerações que permitiriam outras abordagens, dando continuidade à pesquisa com outros focos possíveis. Um deles, sem dúvida, é tomando a Sociologia da Tradução como escopo teórico e estendendo-a a uma perspectiva macro, onde poderia ser estudada a recepção do público-leitor após a publicação do livro — como fizemos brevemente com a reportagem que apresentava uma postura reparadora da editora HarperCollins —, em que

poderíamos obter a resposta de parte de uma das perguntas de pesquisa que não consegui responder aqui: **como a tradução influencia no julgamento do leitor?** Também poderiam ser incluídas aqui a teoria da recepção, o tipo de leitor atingido, o tipo de leitor pretendido.

Outras possibilidades seriam o direcionamento da tradução para um público-alvo determinado, onde seria analisado se as escolhas do tradutor deveriam ser ou seriam influenciadas por isso. A posição da editora dentro do mercado editorial também poderia ter grande influência na recepção de uma tradução dominadora ou reparadora, uma vez que quanto maior a editora, mais dinheiro se tem, mais marketing há no livro, mais influência há na mídia, e, portanto, maior é o controle do que se lê no país. Grosso modo, não seria possível pensar em uma editora que tivesse um perfil exclusivamente reparador? Haveria espaço no mercado editorial para ela? Haveria leitores interessados nesse tipo de linha de tradução em número suficiente para que a empresa fosse sustentável?

Outras mídias também poderiam ser levadas em consideração na aceitação de uma tradução reparadora: se o livro vai virar filme ou série de tv e em que tipo de streaming ele estaria inserido; se o lançamento pretende ser mundial ou nacional; se o lançamento das diferentes mídias será concomitante.

A abordagem macrotextual desta pesquisa certamente poderia resultar em um outro trabalho, que talvez tivesse muito a acrescentar à visão das editoras e dos próprios tradutores quanto à receptividade de seus trabalhos de tradução no mercado editorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDIA, Paul F. **Translation as reparation: Writing and Translating in Post-colonial Africa**. New York, NY: Routledge, 2014.

BOURDIEU, P. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, J. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport, CT: Greenwood, 1986. p. 241-58.

BUTLER, J. A terra é redonda. *In*: **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021. Disponível em: <https://www.insurgencia.org/blog/judith-butler-discurso-de-odio-e-vulnerabilidade-linguistica>. Acessado em 20 de setembro de 2023.

CARSON, A. **O gênero do som**. Revista Serrote #34: 2020. Tradução de Marília Garcia.

_____. **Norma Jeane Baker of Troy: a version of Euripide's Helen**. New York: New Directions Publishing, 2020.

CUSTÓDIO, T. **Porque a reparação histórica mal começou...** Entrevista concedida ao Sindiquinze em 13 de maio de 2021.

EVEN-ZOHAR, I. The Positions of Translated Literature within the Literary Polysystem. *In*: HOLMES, J., LAMBERT, J. & VAN DER BROECK, R. (eds.) **Literature and Translation**. Leuven: Acco, 1978. p. 117-27.

FOLHA DE SÃO PAULO. <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/03/obra-de-agatha-christie-e-editada-para-remocao-de-conteudo-dito-racista.shtml>. Publicado em 28 de março de 2023. Acessado em julho de 2023.

HOUAISS, A (ed.). **Grande Dicionário Houaiss**. Última atualização: dez. 2021. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#3.

LAMBERT & VAN GORP. Sobre a descrição de traduções. Tradução Marie-Hélène Catherine Torres, Lincoln P. Fernandes. *In*: **Literatura & Tradução**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

LEAL, B. *In*: SAYURI, J. e LINDER, L. **“Desejo e Reparação: Como acertar as contas com o passado? Movimentos reacendem discussões sobre justiça histórica”**. Reportagem para TAB de 3 de novembro de 2020.

LUDMER, J. **Literaturas pós-autônomas**. Sopro: Panfleto Político-cultural, Desterro, p. 1-6, 2010. Disponível em <<https://goo.gl/q4bHaz>>. Acesso 9 mar. 2021.

MARTINS, HELENA. **Variations on the task of the translator: on translation as catastrophe and as equivocation**. Perspectives: Studies in Translatology, JCR, v. 31, p. 1-15, 2022.

_____. **Escrever de volta: Emily Dickinson, Anne Carson**. Remate de Males, JCR, v. 38, p. 1-23, 2018.

MUNDAY, J. **Introducing Translation Studies**. 4. ed. Londres e Nova York: Routledge, 2016. p. 237-8.

PYM, A. On reflexive empiricism in translation studies. *In: Metodologías de investigación en Estudios de Traducción e Interpretación*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I4PHuYwDi9I>. Acesso em: 10 nov. 2021.

RIBEIRO, D. In: Café filosófico. **Racismo em debate**. <http://> Acessado em 23 de setembro de 2023.

RIBEIRO, P. de Rezende. **Tradução como to mpey: tentativas de reparação das histórias, das identidades e das narrativas indígenas**. Rio de Janeiro, 2018, 240 p. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SINDICATO NACIONAL DE EDITORES DE LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. Rio de Janeiro, 5 ed., 11 set. 2020. Disponível em: https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2020/11/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf. Acessado em 20 de novembro de 2021.

SINDICATO NACIONAL DE EDITORES DE LIVRO; NIELSEN. **Painel do varejo de livros no Brasil**. Rio de Janeiro, jan. 2021. Disponível em: https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2021/01/SNEL_13_2020_-_13T_2020.pdf.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

_____. **Tradução como cultura**. Tradução de Eliana Ávila; Liane Schneider. Florianópolis: Ilha do Desterro, UFSC, nº 48, jan./jul. 2005, p. 041-064.

TOURY, G. **In Search of a Theory of Translation**. Tel Aviv: Porter Institut, 1980.

_____. **“The notion of assumed translation”**. 1995b.

VENUTI, L. **A invisibilidade do tradutor**. Tradução de Laureano Pellegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda, Valéria Biondo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

_____. A formação de identidades culturais. *In: Escândalos da tradução*. Tradução de Laureano Pellegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda, Valéria Biondo. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 2000. v. 1.